



Roberto André Terceiro Francelino

Planeamento, Território e Desenvolvimento Desigual

Uma leitura do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) – Ferreira do Alentejo

Relatório de Estágio de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis, orientado pelo Doutor Rui Jorge Gama Fernandes, apresentado ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Planeamento, Território e Desenvolvimento Desigual

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de estágio
Título	Planeamento, Território e Desenvolvimento Desigual Uma leitura do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD Ferreira do Alentejo
Autor/a	Roberto André Terceiro Francelino
Orientador/a	Rui Jorge Gama Fernandes
Júri	Presidente: João Luís de Jesus Fernandes
	Vogais:
	1. Ricardo Jorge Lopes Fernandes
	2. Rui Jorge Gama Fernandes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis
Área científica	Geografia
Especialidade/Ramo	-
Data da defesa	26-10-2017
Classificação	15 valores



Resumo

O tema do presente relatório de estágio passa, não só pelo seu título adquirido “Planeamento, Território e Desenvolvimento Desigual”, como também por ser um vislumbre das atividades realizadas pelo estagiário, sendo o seu principal objetivo a valorização do trabalho do estágio no contexto das questões territoriais e do planeamento. Procurou-se dar continuidade ao 1º ano do 2º ciclo em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis, ajustando a temática ao gosto pessoal e, por outro lado, a necessidade de contactar com uma nova realidade que advém de tudo o que um estágio curricular possa e consiga oferecer.

O ordenamento do território é a arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspetiva de desenvolvimento (GASPAR, 1995, p. 5). Desta maneira, a empresa MPT – Mobilidade e Planeamento do Território, Lda., com sede no Porto identificou, em primeira reunião, prévia ao início do estágio, como objetivo primário a caracterização de um determinado território, de acordo com os projetos admitidos e em execução na empresa, sendo este o ponto de partida consensualizado tanto pela entidade acolhedora como pelo estagiário.

Perante este cenário e seguindo a linha de projetos em execução por parte da empresa, foi proposta a caracterização e diagnóstico do território de Ferreira do Alentejo, incidindo sobre o “Programa de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Ferreira do Alentejo”, a par de um diagnóstico intrínseco ao município de Ferreira do Alentejo às mais diferentes linhas de diagnóstico demográfico, económico e habitacional.

O Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas do município de Ferreira do Alentejo pretende intervir num edifício de domínio público, no qual prevê a sua reabilitação e reconversão - “Oficina da Criança”, bem como a requalificação do espaço público envolvente na ótica da promoção da inclusão social (MPT, 2016).

Palavras-chave: Planeamento, Ordenamento, Desenvolvimento, Território, Ferreira do Alentejo, PAICD

Abstract

The theme of this training report includes not only its title "Planning, Territory and Unequal Development", but also a glimpse of the activities carried out by the trainee, being the main goal the appreciation of the traineeship work in context of territorial issues and planning. Trying to continue the first year of the second cycle in Human Geography, Planning and Healthy Territories, the theme was adapted to personal taste and, on the other hand, given the need to contact a new reality that comes with everything a curricular internship can be and can offer.

Spatial planning is the art to adjust the people and the production of wealth to the territory in a perspective of development (GASPAR, 1995, p. 5).

In this way, the company MPT – Mobilidade e Planeamento do Território, Lda., headquartered in Porto, identified, on a first meeting, prior to the beginning of the traineeship, as a primary objective the characterization of a particular territory, according to the accepted and running projects in the company, which was the starting point and subject of consensus between the company and the trainee.

Against this background, and following the line of running projects by the company, the characterization and diagnosis of the territory of Ferreira do Alentejo was suggested, focusing on the "Integrated Action Programme for the Disadvantaged Communities of Ferreira do Alentejo", besides an intrinsic diagnosis of the municipality of Ferreira do Alentejo considering the different demographic, economic and housing diagnoses.

The Integrated Action Plan for the Disadvantaged Communities of the Municipality of Ferreira do Alentejo intends to intervene in a public domain building, which foresees its rehabilitation and reconversion - "the Children's Workshop", as well as the regeneration of the surrounding public space aiming to promote social inclusion (MPT, 2016).

Keywords: Planning, Land use Planning, Development, Territory, Ferreira do Alentejo, PAICD

Lista de Acrónimos

- AIDUS** Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
- AM** Áreas Metropolitanas
- CAOP** Carta Administrativa Oficial de Portugal
- CCDR-A** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo
- CE** Comissão Europeia
- CD** Comunidades Desfavorecidas
- CIM** Comunidade Intermunicipal
- DGT** Direção Geral do Território
- DL** Decreto - Lei
- EEDS** Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável
- EIDT** Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
- ENDS** Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- ENE 2020** Estratégia Nacional para a Energia
- FEEI** Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
- INE** Instituto Nacional de Estatística
- IPSS** Instituições Particulares de Solidariedade Social
- NUT** Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatístico
- PAICD** Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
- PAMUS** Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
- PARU** Plano de Ação de Regeneração Urbana
- PDM** Plano Diretor Municipal
- PEDU** Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
- PI** Prioridade de Investimento
- PIENDS** Plano de Intervenção da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- PMT** Plano de Mobilidade e Transportes
- PMUS** Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
- PNACE** Programa Nacional de Reformas

PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PO Programa Operacional

POAT Programa Operacional de Assistência Técnica

POCH Programa Operacional Capital Humano

POISE Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

POPH Programa Operacional Potencial Humano

POR Programas Operacionais Regionais

POSEUR Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PROT Programa Regional de Ordenamento do Território

QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional

RJRU Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

SRU Sociedade de Reabilitação Urbana

TIC Tecnologia de Informação e Comunicação

UE União Europeia

Nota prévia

O estágio realizado apresentou-se como um excelente momento de formação e de desenvolvimento de competências, no campo da Geografia Humana e Física, no Planeamento e no Ordenamento do Território.

Integrando uma vasta equipa, desde arquitetos a geógrafos, passando por engenheiros, o estágio realizado possibilitou um desenvolvimento individual no aperfeiçoamento de capacidades de aprender, de atuar, de compreender e de agir, protagonizado no horário normal de funcionamento da empresa (09:00h – 18:00h), durante o tempo de estágio em questão.

Exercer o know-how do PAICD de Ferreira do Alentejo permitiu compreender uma visão alargada de outros domínios que englobam a geografia, como a sociologia, a economia, a política, entre outros.

Foi neste domínio que a principal atividade do estágio se centrou na realização do diagnóstico que viria a formar a análise SWOTT de Ferreira do Alentejo, sendo esta a primeira fase do projeto, associando a esta um enquadramento geográfico através do programa ArcGis, uma fina pesquisa e recolha de dados demográficos, económicos e habitacionais do concelho em estudo, quer através do INE ou de outras plataformas, formulação de gráficos e tabelas em Excel, organização de dados e uma essencial formulação de texto corroborativo dos dados observados.

Agradecimentos

A realização deste relatório de estágio contou com o apoio de importantes pessoas que marcam a minha vida e sem as quais não teria, em certos dias, a força e a determinação necessárias para alcançar os meus objetivos.

O importante, penso eu, nunca serão os lugares que as pessoas ocupam, mas sim o que cada uma contribui no seu tempo.

Ao meu orientador, o Doutor Rui Gama Fernandes, por toda a ajuda, por toda a paciência e por ser um pêndulo essencial em todo o meu percurso académico. Sem a devida orientação, sem os melhores conselhos, esta vitória não seria possível e que de hoje em diante saiba que deste lado está um abraço amigo na ajuda pessoal e profissional.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, quer ao seu corpo executivo e diretivo, quer a todos os docentes que contribuíram para o meu desenvolvimento e para o crescimento das minhas capacidades. Ao Núcleo de Estudantes do qual me orgulho ter feito parte da minha caminhada associativa.

À empresa MPT, no nome do engenheiro Adelino Ribeiro e a toda a equipa que me acolheu como sendo mais um elemento da mesma, que me ajudou a crescer em todos os sentidos. Ao Diogo Lourenço, por toda a ajuda.

A Coimbra, cidade da qual me orgulho ter feito parte, quer na Associação Académica, quer na Assembleia Magna, quer na organização da Queima das Fitas e da Festa das Latas.

Aos meus amigos, a uma panóplia de pessoas incríveis que hoje levo no coração para o resto da minha vida. Aos meus irmãos, os engraçados Leandro Santos, João Salgueiro, David Bastos, Carlos Pires e João Sousa.

Aos Magnatas.

À minha família de praxe.

À Mara, por mesmo longe, conseguir o que mais ninguém consegue, obrigado pela força.

E por último, à minha família, por serem um modelo de coragem, de educação, pelo seu apoio incondicional, incentivo, amizade e paciência demonstrados. A eles dedico este trabalho!

Índice

Parte I – Introdução.....	1
1.1 Contextualização do Estágio.....	1
1.2 Objetivos.....	2
1.3 Estrutura do Relatório de estágio.....	3
Parte II - O Ordenamento do Território	5
1. Fenómeno urbano atual.....	5
2. Políticas Urbanas	14
3. Territórios Sustentáveis e Desenvolvimento	19
3.1 Cidades Sustentáveis	20
Parte III – O Programa de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas nos processos de planeamento – PAICD Ferreira do Alentejo	27
1. Introdução.....	27
1.1. Enquadramento Geral	28
2. Enquadramento Estratégico Do PAICD Nas Políticas De Ordenamento.....	30
2.1. Contexto Europeu.....	31
2.2. Contexto Nacional	34
2.3. Instrumentos de Gestão Territorial	39
2.4. Planos Estratégicos do Portugal 2020.....	45
3. O Programa de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD.	47
3.1. Organização do PAICD	47
3.2. Metodologia do PAICD.....	49
3.2.1. Fase I: Caracterização e Diagnóstico Social.....	49
3.2.2. Fase II: Estratégias e ações de intervenção.....	67
Parte IV – Conclusão	71
Índice de Figuras	75
Índice de Quadros	76
Referências Bibliográficas	77

Parte I – Introdução

1.1 Contextualização do Estágio

“O ordenamento do território é na realidade o ordenamento da nossa sociedade.” (Claudius-Petit, in Frade, 1999)

A escolha do tema tem como base o olhar que se emprega, nos dias de hoje, sobre o ordenamento do território, desde o urbano ao rural, sendo esta uma temática cada vez mais usual no seio das nossas populações e comunidades, o que deste modo, torna fundamental o seu estudo e sobretudo a sua aplicação.

O espaço público tem ganho uma importância cada vez maior a cada dia que passa, sabendo que o mesmo, no século XXI, alcançou estatísticas e metas nunca antes alcançadas, bastando olhar então para os relatórios anuais da ONU ou, neste caso, o relatório anual do Centro de Estudos Urbanos dos EUA, Demographia, que apresenta no ano de 2016 "Demografia das Áreas Urbanas do Mundo", elaborado a partir de dados das Nações Unidas (ONU) e de instituições nacionais de estatística, tal como o INE, além de imagens de satélite, para determinar a densidade das ocupações urbanas.

Esse mesmo espaço público cresce a cada minuto, a cada construção que se executa e outras tantas que se planeiam, sejam elas de domínio público ou privado, pois é nele que existe toda uma confluência e dinamismo, das vivências aos negócios, mas ao qual nem sempre se dá a devida importância e o devido foco.

É então crucial que surjam novos conceitos, novas abordagens e sobretudo novas visões sobre como e de que maneira se deve desenvolver uma cidade e mais importante do que isso, dado o tamanho desgoverno na construção e ao não planeamento existente, que se formem novas técnicas e se reformulem novas abordagens como o Planeamento Estratégico, a Acessibilidade e Mobilidade para todos, a Regeneração Urbana, o Marketing de Cidade, a

Segurança Rodoviária e sobretudo a Gestão de Políticas Urbanas, entre outras, que revigorem o sistema, dando sobretudo respostas à procura, tendo por base os números atuais de um êxodo rural já antigo, contando também com a saturação das redes de infraestruturas e equipamentos.

Aos olhos de um geógrafo é fundamental que esta temática seja discutida, debatida e sobretudo, que seja executada.

Este é também um tema que se apresenta central de acordo com o Plano Diretor Municipal, doravante PDM, em vigência para Ferreira do Alentejo, visto ser o espaço público de qualidade, um objetivo considerado essencial e “sendo um instrumento de planeamento é ao PDM que cabe definir quais as melhores áreas para a instalação de atividades económicas de variado tipo (agroindústria, indústria extrativa, setor energético, turismo, etc.) em função do nível de acessibilidades e de infraestruturas existentes, quais as melhores áreas para habitar em função do nível de ruído, proximidade de equipamentos, etc., quais as melhores áreas para a instalação de equipamentos de vários tipos, sociais, culturais, desportivos, ou simplesmente quais as melhores áreas para atividade agrícola, ou que em função da sua vulnerabilidade devem reservar-se para a proteção dos valores ecológicos e ambientais.” (Revisão PDM Ferreira do Alentejo, 2010)

1.2 Objetivos

O estágio teve como objetivos centrais relacionar e aplicar os conhecimentos teóricos com a realidade prática da atividade desenvolvida, sobretudo em órgãos de gestão pública como Câmaras Municipais e órgãos de gestão privada, como empresas do ramo em estudo. Assume-se como objetivo primordial deste relatório final de estágio, realizado na empresa MPT, com sede na avenida Dr. Antunes Guimarães, Porto, do dia 1 de Fevereiro de 2017 ao dia 30 de Junho de 2017, que se vislumbre uma das ações políticas anexas a uma intervenção de cariz urbano e social, traduzido no Programa de Ação Integrado para

Comunidades Desfavorecidas, doravante, PAICD, centrando numa só intervenção um conjunto de propostas para futura implementação e monitorização.

1.3 Estrutura do Relatório de estágio

O presente relatório de final de Mestrado apresenta-se dividido em três partes, sendo que a Parte I, introdutória, apresenta o contexto de estágio e do relatório, os objetivos e a estratégia de investigação.

A Parte II corresponde à parte teórica e a Parte III mais centrada na parte prática traduzindo os resultados do estágio.

É, no entanto, após a realização do projeto e da vertente prática durante o estágio, necessária uma fase de pesquisa para que toda e qualquer ação praticada tenha o seu fundamento ou, em aspeto geral, é necessário construir as linhas de base que sustentem todas as políticas praticadas nas ações realizadas pelo PAICD de Ferreira do Alentejo.

A parte teórica (Parte II) começa por dar ênfase às questões territoriais, focando-se no fenómeno urbano atual que compreende muitas das respostas de hoje em dia às perguntas do passado, sobretudo nas questões de desenvolvimento territorial e a certo ponto de reabilitação urbana, salientando também as questões das políticas urbanas e de um novo paradigma na abordagem do desenvolvimento desigual, considerando diversas escalas geográficas (local, regional, global).

A terceira parte, ao qual se denomina, parte prática, ressalta o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, evidenciando o trabalho protagonizado pelo estagiário e os seus resultados finais.

Parte II - O Ordenamento do Território

1. Fenómeno urbano atual

A regeneração territorial pode ser encarada como a resposta ou procura de solução de um problema, neste caso, no quadro do fenómeno urbano atual, considerando a complexidade e diversidade e a necessidade de encontrar respostas e soluções inovadoras nas intervenções realizadas. E é no fenómeno urbano que se encontra a base deste relatório, sendo que a principal dificuldade nos dias de hoje, ao estudar esta matéria, é a de noção e a precisão do(s) fenómeno(s).

Deste modo, encara-se que o fenómeno urbano atual deve ser entendido no quadro da dimensão política, ou seja, que as políticas praticadas hoje em dia em torno de temas como o Ordenamento do Território e o Planeamento Urbano sejam determinantes para, por exemplo, uma vila converter-se em cidade e que essa cidade acompanhe o seu crescimento populacional, dotada de infraestruturas de topo, com acessibilidade notável, provida de redes, quer de transportes ou de comunicações notavelmente eficazes. Tudo isto e muito mais que façam da cidade, uma cidade de excelência, planeada, comunicativa, acessível e funcional.

“Na nossa época, é difícil definir com precisão a noção de fenómeno urbano, quer em matéria de morfologia, quer de conceptualização. Outrora, as noções de cidade e de campo opunham-se fortemente, sobretudo na Europa Continental, em toda a Ásia Meridional e Oriental, na África Setentrional, ou seja, em todos os países submetidos a guerras destruidoras, mas onde existia um poder central ou local bem organizado e uma tradição com materiais resistentes” (GARNIER, 1983)

Começamos por dar ênfase a uma série de conceitos que, obrigatoriamente, são essenciais no estudo do fenómeno urbano atual, entre eles, o próprio urbanismo, sendo que logo aqui deparamo-nos com a dificuldade de precisão temporal e de variados autores que sugerem a sua criação. Porém, segundo (BARDET, 1990), este conceito surge em França, através do Bulletin de la Societé Geographique a fim de denominar uma “nova ciência”.

Mas é Alfred Agache, um arquiteto (ou arquiteto-urbanista), que se autodenomina como criador do termo (AGACHE, 1931), que define o conceito de Urbanismo como sendo “uma ciência, e uma arte e, sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento de edifícios, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento da cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras”. De outra forma, podemos encarar que o Urbanismo surgiu com o planeamento de qualquer cidade, o que reforça a ideia de (HAROUËL, 1990), que diz que o Urbanismo entende-se que seja tão velho quanto as civilizações urbanas, já que existira desde que o homem criou uma organização morfológica para o espaço das cidades.

Outro dos conceitos que melhor define o fenómeno urbano atual é o conceito de Ordenamento do Território (OT) que, segundo o Dicionário de Geografia (BAUD, BOURGEAT E BRAS, 1999, p. 262), “corresponde, na maior parte dos casos, à vontade de corrigir os desequilíbrios de um espaço nacional ou regional e constitui um dos principais campos de intervenção da Geografia aplicada. Pressupõe, por um lado, uma perceção e uma conceção de conjunto de um território e, por outro lado, uma análise prospetiva.”

Uma das características frequentemente referida é a do OT ser visto como uma política e, em todos os casos, servir como política pública. (ALVES, 2001, p. 21), refere-o como sendo “(...) essencialmente uma tarefa do Estado e de outros poderes públicos”. Por outro lado, (FARGA, referido por FRADE, 1999, p. 28),

considera-o como “uma função pública destinada a coordenar a atividade administrativa, a territorializar as diversas políticas sectoriais, a obter o equilíbrio regional e a proteção do ambiente (...)”.

Começamos prontamente a interiorizar que o OT é fulcral no espaço público, sendo este utilizado como ferramenta política. A Carta Europeia do Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1988, p. 9), também o assume como política pública, pois este é “a expressão espacial das políticas económicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade”, reafirmando a ideia pessoal de que a política deve ser encarada para resolver os problemas das pessoas e das comunidades.

O conceito de OT será aquele que pessoalmente melhor concebemos, talvez por ser simples e concreto, mas que aponta para uma só direção. (OLIVEIRA, 2002, p. 11) afirma que o ordenamento do território é “a aplicação ao solo de todas as políticas públicas, designadamente económico-sociais, urbanísticas e ambientais, visando a localização, organização e gestão correta das atividades humanas (...)”.

Mas além de ser considerado uma política pública, o OT deve incluir o que (SILVA, 2001, p. 33) acredita serem pilares fundamentais, acrescentando outras três características do ordenamento do território, para além de ser uma política sectorial:

- “Fenómeno social: em que o ordenamento do território se refere ao modo como o território está organizado, em diversas escalas, às suas causas e problemas”;
- “Técnica: como estudo de um território para identificação das necessidades e potencialidades com vista a definir um plano de ação”;
- “Ciência interdisciplinar: que estuda a organização e o desenvolvimento do território a várias escalas: local, regional, nacional e supranacional.”

Também (LOPES, 1997) afirma que o ordenamento do território é, fundamentalmente, a gestão da interação homem/espaco natural. A afirmação acaba por dizer que o OT “consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infraestruturas existentes e no assegurar da preservação de recursos limitados.”

É considerável que também o conceito de Planeamento do Território (PT) seja alvo de citação, justificando que a ideia será contemplar todos os super conceitos que vigorem na regeneração ou qualquer intervenção urbana. Tal conceito pode ser concebido como sendo o ponto de partida de qualquer matéria, de qualquer estudo, de qualquer análise, de qualquer trabalho aplicado e sobretudo, pode ser o ponto de partida de qualquer intervenção urbana de cariz regenerativo.

O Planeamento do Território será sempre considerado em torno dos planos e, sobretudo, dos programas às várias escalas de intervenção, desde a escala nacional, à regional e, por fim, à local. Mas é nesta mistura de conceitos e de diferentes abordagens que nos deparamos com o problema inicialmente descrito, a falta de precisão dos conceitos.

Para reforçar esta ideia, (PEREIRA, 2005) afirma que “o caminho percorrido pela Geografia no Planeamento Territorial nos últimos 30 anos é indiscutivelmente positivo. Porém, num contexto de concorrência crescente, dois aspetos devem ser ponderados: o aparecimento de outras formações que, de algum modo, têm campos de atuação próximos ou mesmo sobrepostos (a engenharia do território é um bom exemplo), deve ser um estímulo permanente à valorização da formação geográfica; as diferentes escolas de Geografia nem sempre têm potenciado uma cooperação construtiva, mas é na junção de esforços, respeitando as especificidades de cada uma, que se deve fortalecer o espaço da Geografia (...)”

É então neste contexto de PT que ao mesmo tempo urje a necessidade de se falar em cidade. Segundo (JACINTO, 2012, p. 7) os conceitos e discursos sobre a cidade sofreram a necessidade de uma revisão, com o espaço temporal das últimas décadas, devido, sobretudo, aos processos e dinâmicas urbanas emergentes pois, citando (GARNIER, 1980, p. 17) “o quadro que se reúne sob a designação de “cidade” é multiforme pela sua situação, arquitetura, organização interna, papel na vida regional ou nacional.”

Citando (DOLLFUS, 1998, p. 12-16) destaca-se o “intercâmbio generalizado entre as diferentes partes do planeta, sendo então o espaço mundial espaço de transação da humanidade.” Acaba por dar uma maior ênfase a este retrato afirmando que na história da humanidade nunca se vislumbrou uma aceleração tão repentina de alterações e transações globais, “(...) sobretudo ao longo dos últimos 50 anos”. A cidade ganhou o seu espaço e, efetivamente, é nos dias de hoje o palco principal da vida humana, onde “a urbanização assumiu as raias de uma hiperurbanização, especialmente a partir da década de 1950, tendo o ritmo de urbanização sofrido uma aceleração que originou uma grande revolução ecológica, política, económica e social na organização espacial da população mundial” (HARVEY, 2000, p. 94). Como (BORJA, 1990, p. 8) afirma, as cidades assumiram um papel fundamentalmente na política comunitária, uma vez que são, tanto pela sua natureza histórica tanto pelos seus projetos de futuros, as protagonistas da aventura europeia na nossa época.

Deste modo, é crucial o apontamento que a cidade tem e a relevância que a mesma emprega nos dias de hoje. Espaço de confluência, de dinamismo, a cidade é também uma junção do sector primário, secundário e terciário, pensamento impensável em tempos passados (JACINTO, 2012, p. 12), através de (VIARD, 1994, p. 65) refere que “enquanto a globalização progride e se agudiza a crise urbana, a sociedade arquipelágica expande-se caracterizada por uma circulação generalizada, o urbano e o rural tornam-se cada vez mais abstratos, a velha dicotomia rural-urbano passa a ser uma questão quase impossível de

precisar, pois “o agricultor passou a urbano pela apropriação mercantil da sua produção, pelas redes que o encerram, pela sua ligação à técnica, pela televisão, os seus filhos, o seu uso do supermercado, mesmo os seus lazeres.”

O fenómeno urbano atual assenta em todas estas áreas de estudo e contempla uma série de resultados, entre eles, o mais óbvio desordenamento, como se pode verificar a partir da figura 1.

(ZÊZERE, 2007) afirma no Inforgeo de 2007, “Riscos e Ordenamento do Território” que, “(...) o suporte físico dos territórios tem sido menosprezado nos processos de ordenamento do território e planeamento urbano, e este facto tem conduzindo a situações incompatíveis com o desenvolvimento sustentável”, o que sustem as demais opiniões numa matéria de variadas visões e variados métodos.



Figura 1: : Exemplo de falta de planeamento urbano – Lisboa/Ajuda

Fonte: www.skyscrapercity.com

Não expandindo a matéria em termos de Riscos, o mesmo autor atesta que “a articulação desajustada entre a atividade humana no território e o funcionamento dos fenómenos perigosos que nele se verificam tem-se manifestado, predominantemente, no incremento da «vulnerabilidade passiva», por

via da expansão da população e das atividades económicas para zonas que sempre estiveram expostas a perigos naturais.”

A Urbanização, além do processo de planeamento urbano e da criação de redes é, por outro lado e por uma outra visão, o deslocamento das pessoas e comunidades dos centros rurais para os centros urbanos. “Nas últimas décadas, tem ocorrido um descontrolado crescimento das cidades (e subúrbios) que leva ao seu “desordenamento”, degradação ambiental e do património, desqualificação e abandono de centros históricos. As consequências deste processo que afetam diretamente a população são o subemprego, desigualdade social, exclusão social, criminalidade, e habitação inadequada.” (FERREIRA, J., 2010). Dos vários problemas que levam ao conceito de “segregação urbana”, (GARNIER, 1983) assegura que a cidade atual apresenta, tanto em população como em extensão, dimensões extremamente variáveis, podendo ser envolvida por extensos arrabaldes e transforma-se então, em aglomeração. A mesma autora diz que “estes arrabaldes são constituídos por espaços diretamente dependentes, se a circunscrição territorial administrativa é vasta e contém em si toda a população aglomerada ou são apenas demográfica e economicamente ligados ao centro, se têm a sua autonomia administrativa.”

A mesma autora, baseada em (AYDALOT, 1976) afirma que “a cidade existe concretamente, é o quadro do exercício de uma função social (cultura, valor, proteção do indivíduo) sendo também o elemento funcional de um sistema económico, o quadro de um poder de decisões exercidas por uma burguesia coerente e sem dúvida, uma unidade definida pelo quotidiano no mercado do trabalho.”

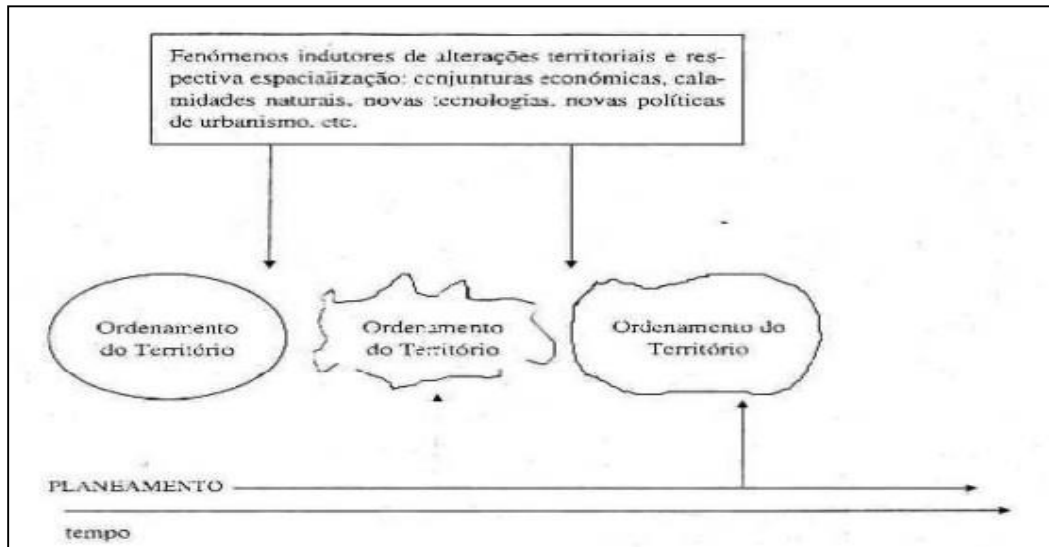


Figura 2: A relação entre o ordenamento do território e o planeamento

Fonte: Partidário, 1999

Em termos práticos, o fenómeno urbano atual é sustentado a partir de dados do documento de 2016 “Urbanização e Desenvolvimento: Futuros Emergentes”, a partir do “Relatório Mundial das Cidades 2016”, elaborado pelo Programa das Nações Unidas, ONU-HABITAT. Este documento elabora uma análise global de como foi o processo de urbanização durante as últimas duas décadas, entre 1996 e 2016, que corresponde ao período entre cada Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, mais conhecido como HABITAT, que teve sua primeira edição em 1976, na cidade de Vancouver, Canadá.

A publicação, através do ArchDaily (GAETE, C. Martínez, 2016) do “Relatório Mundial das Cidades 2016: Urbanização nos últimos 20 anos”, remete para Junho de 1996, em Istambul, Turquia, a realização do Habitat II, em Outubro de 2016 a realização do Habitat III em Quito, no Equador.

Debruçando-nos sobre o documento, conseguimos dar conta dos problemas existentes. A mesma publicação refere que, por exemplo, há duas décadas atrás apenas víamos as cidades como polos culturais, económicos e sociais, mas que nos dias de hoje é necessário ter em conta que também reúnem as condições

para a produção, a inovação e o comércio numa escala global que termina por beneficiar os países onde estão.

E continua por referir que esta situação é possível ser comprovada nas percentagens do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país onde estão inseridas, dando como exemplo a área metropolitana de Manila onde vive 12% da população das Filipinas e a capital por si própria contribuir com 47% do PIB. Na França, a realidade é similar devido ao fato de em Paris habitar 16% da população nacional, o que gera 27% do PIB.

Para o caso de Portugal, a realidade não difere, apresentando a partir da publicação “Economia de Lisboa em números – 2016” da Câmara Municipal de Lisboa (CML, 2016) o resumo geral da publicação:

- 2,8 milhões de habitantes na região de Lisboa (dos quais 509 mil na cidade)
- 64,0 mil milhões de euros é o PIB apresentado pela região de Lisboa
- 311 mil empresas (das quais 92 mil se encontram na cidade)
- 134 mil alunos matriculados no ano 2014/2015 no ensino superior da região de Lisboa
- 32 mil alunos diplomados no ano 2013/2014 no ensino superior da região de Lisboa
- 1,7% do PIB da região de Lisboa em despesas de investigação e desenvolvimento

A edição de 2014 do relatório “Perspetivas da Urbanização Mundial” (World Urbanization Prospects) produzida pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (DESA) conclui que 54% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que se espera venha a aumentar para 66% em 2050.

O Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC) refere também que “a população urbana a nível mundial tem crescido rapidamente passando de 746

milhões em 1950 para 3,9 mil milhões em 2014, A Ásia, apesar baixo nível de urbanização, aloja 53 por cento da população urbanizada a nível mundial, seguida da Europa com 14 por cento e a América Latina e nas Caraíbas com 13 por cento” e termina por dizer: “A urbanização sustentável é a chave para um desenvolvimento com sucesso.”

2. Políticas Urbanas

As principais mudanças ocorridas quer na economia, quer nas políticas públicas levaram a mudanças de paradigmas e visões, o que por sua vez conduz à implementação de novas ideias, programas e ativos. Esta é, pelos dias de hoje, a grande discussão na praça pública, o ordenamento do território.

Mas foram os problemas e a sua necessária resolução, os grandes “causadores” da verdadeira necessidade de implementação de programas e ativos no que toca ao Ordenamento e Regeneração Urbana.

As políticas urbanas dos dias de hoje são, obviamente, diferentes do passado, tendo existido uma evolução “... de uma perspetiva mais orientada para o desenho, para uma outra onde os aspetos de gestão e de formulação de estratégias de intervenção assumem um papel tão ou mais importante que o formalismo dos planos enquanto peças desenhadas e regulamentares...” (SILVA, M., in CRUZ, C., 2005).

Já anteriormente foi induzido que o Ordenamento do Território e toda a sua panóplia de instrumentos são vistos como política pública, mas (FERREIRA, A., 1999) descreve que é neste contexto e de visualização histórica e evolutiva que seguimos uma urbanização tardia e processos de planeamento e de gestão do território: centros históricos despovoados e degradados, expansão desordenada e fragmentada das cidades, falta de equipamentos e redes de transportes e comunicações, falta de acessibilidade e sobretudo mobilidade.

Podemos deste modo ditar uma evolução nos problemas e nos programas que visam combater os problemas. E deste modo podemos olhar para a década de 70 no século XX como o arranque da legislação de vários instrumentos reguladores como os Planos Gerais de Urbanização (1971) ou a Lei dos Solos (1976).

A partir do mesmo autor conseguimos entender que “Portugal é um país de urbanização recente mas processada a um ritmo muito intenso. Em apenas 30 anos, a sociedade portuguesa fez a transição rural-urbana que nos países europeus avançados se prolongou por mais de 100 anos. Em resultado desse ritmo acelerado de urbanização da população e da falta de adequadas condições de acolhimento e de regulação, desencadeou-se um processo espontâneo de ocupação e transformação do território, de crescimento das periferias urbanas, plasmando um modelo de urbanização extensivo, disperso e desordenado.”

Dos diferentes processos e reestruturações políticas e socioeconómicas, a estratégia europeia para enfrentar os desequilíbrios e promover a coesão territorial começou-se a esboçar no início dos anos 90, que se iniciaram com projetos-piloto para quatro tipos de regiões-problema, conduzindo às Iniciativas Comunitárias que vigoraram até final do III Quadro Comunitário de Apoio em 2006 (JACINTO, 2012).

“Em 1994, um conjunto de cidades europeias lançou - no respeito pela Cimeira da Terra que decorreu em 1992 no Rio de Janeiro - uma campanha para a definição de 3 políticas de gestão ao nível local conducentes a um ambiente sustentável.” (QUEIRÓS, e VALE, 2005). Estas cidades adotaram a Carta das Cidades Europeias para um Ambiente Sustentável, conhecida por Carta de Aalborg, e deram início à “Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis”, evidenciando a vontade política em criar condições para aumentar a qualidade de vida nas cidades (GODINHO, 1997).

Está então inserido no III Quadro Comunitário, uma das mais importantes fases de reabilitação territorial em Portugal protagonizada pelo Programa Polis.

Segundo a ex-DGOTDU, atual Direção Geral do Território (DGT), o Programa Polis, que se encontra fechado, visava promover intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, por forma a promover a qualidade de vida nas Cidades, melhorando a atratividade e competitividade dos polos urbanos.

Os principais objetivos do Programa Polis foram:

- A requalificação urbana tendo sempre em conta a valorização ambiental;
- Promover a multifuncionalidade e revitalizar e requalificar as cidades desenvolvendo ações que contribuam para tal;
- Melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais tais como frentes de rio apoiando ações de requalificação;
- Aumentar os espaços verdes, as áreas pedonais e diminuir o tráfego automóvel no interior das cidades apoiando iniciativas que contribuam para tal.

Na sequência seguiu-se um período de programação (2007-2013) protagonizado pelo Programa de Cidades Polis XXI. Segundo a DGT, o Programa POLIS XXI é a designação que a Política de Cidades assumiu em Portugal para o período 2007-2013. Parte do reconhecimento de que o desenvolvimento do País depende, em grande medida, da afirmação das cidades como espaços privilegiados de produção de riqueza, de exercício de cidadania e de inserção internacional competitiva do País para criar uma política que se pretendeu abrangente e inovadora, capaz de combater problemas mas também de criar novas oportunidades.

A Política de Cidades 2007-2013 - POLIS XXI teve como objetivos:

- Adicionar à dimensão intraurbana, a que se resumiam os programas anteriores, uma visão mais ampla que conceba o desenvolvimento das cidades no quadro tanto das redes urbanas nacionais e internacionais em que se inserem como da região em que se integram;

- Colocar as intervenções físicas ao serviço de uma política mais integradora da transformação das cidades em espaços de coesão, competitividade e qualidade ambiental;
- Estimular novas formas de "governança", baseadas numa maior participação dos cidadãos e dos diversos atores urbanos e em mecanismos flexíveis de cooperação entre cidades e entre estas e os espaços envolventes.

O POLIS XXI integra-se nos objetivos da Europa 2020, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Outra grande “ferramenta” que a Europa utilizou em matéria de Ordenamento do Território como política pública foi a Carta de Leipzig. A "Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis" é um documento dos Estados-Membros, cuja elaboração contou com uma ampla e transparente participação das partes interessadas europeias. Cientes dos desafios e das oportunidades com que se deparam as cidades europeias e da diversidade dos seus antecedentes históricos, económicos, sociais e ambientais, os Ministros dos Estados-Membros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano chegaram a acordo sobre princípios e estratégias comuns em matéria de política de desenvolvimento urbano:

- Lançar nos respetivos Estados um debate político sobre o modo de integrar os princípios e as estratégias da Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis nas políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais,
- Recorrer ao instrumento de desenvolvimento urbano integrado e às respetivas estruturas de governação para a sua aplicação, criando, para o efeito, as condições gerais necessárias a nível nacional
- Promover uma organização territorial equilibrada baseada numa estrutura urbana policêntrica europeia.

Os problemas que se consta e regista ao longo da história têm que ver sobretudo por mudanças ocorridas quer na economia nacional e europeia como também nas políticas praticadas, o que nos leva a fazer o exercício simples de quanto mais problemas, mais programas existem destacando, em 2008, o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia e em 2011 a Agenda Territorial da União Europeia 2020.

E é neste domínio de coesão territorial que é necessário refletir sobre várias temáticas, uma das quais a Geografia Social que, direta e indiretamente está ligada a este âmbito pelo que “(...) importa ter presente que o conceito de coesão territorial está, à semelhança dos conceitos de coesão económica e social, intimamente ligado ao princípio de solidariedade e, nessa medida, visando garantir objetivos de equidade no acesso aos equipamentos, às infraestruturas e ao conhecimento. A questão que emerge é, sobretudo, a da escala mais adequada e a dos limiares mínimos para promover este acesso.” (PEREIRA e CARRANCA, 2009).

Mas também outros conceitos como o Marketing Territorial são fundamentais no desenvolvimento de territórios que apresentem desigualdade social, económica e/ou demográfica. R. Gama e R. Fernandes, (2006) afirmam que “o marketing territorial, encarado como um conjunto de atividades de suporte ao desenvolvimento de um lugar, região ou país através da melhoria da sua capacidade concorrencial é, para os diferentes territórios, uma alavanca de desenvolvimento sustentado.

Em Portugal, nas últimas décadas, foram sendo aplicados modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de cima para baixo. Assim, sempre se foi supondo que um nível de crescimento económico satisfatório alcançado por determinadas regiões seria o motor de generalização do bem-estar e da prosperidade noutras regiões. Este tipo de conceções e de modelos originou, porém, fortíssimos desequilíbrios

no espaço nacional geradores de processos de desertificação, envelhecimento populacional e empobrecimento generalizado nas regiões do Alentejo e interior do país, bem como graves desigualdades sociais, problemas de ordenamento do território e agressão ambiental nos polos industrializados e urbanizados.

3. Territórios Sustentáveis e Desenvolvimento

A procura sistemática do desenvolvimento territorial por intermédio do reforço da estruturação urbana do território nacional e a melhoria da qualidade de vida das populações em meio urbano é, assim, um dos passos fundamentais dados nos dias de hoje em torno do Ordenamento do Território e do Planeamento, constituindo, assim, uma vasta gama de propostas de desenvolvimento e sustentabilidade urbana.

“Vivemos tempos de aprofundamento e consolidação de uma nova civilização – de natureza global, de âmbito mundial, e de acentuada fragmentação cultural, social e territorial. Anuncia-se uma outra sociedade mais urbana, lúdica, comunicacional e tecnológica” (FERREIRA, 2013).

O desenvolvimento económico, social e a proteção do ambiente são componentes interdependentes para o desenvolvimento sustentável, ainda assim, há que salientar que, ambos se fortalecem reciprocamente, o que faz com que dentro desta premissa existam vários modelos de ação que interliguem a componente teórica e a componente prática do desenvolvimento sustentável, apoiado no planeamento, entre eles a Reabilitação Urbana e a Estratégia das Cidades Sustentáveis 2020, sendo estes motores de arranque para a coesão social e desenvolvimento.

Segundo a Direção Geral do Território (DGT), entende-se por reabilitação urbana o processo de transformação urbana, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com

o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu esquema estrutural básico e o aspeto exterior original. (MENDES, 2013)

Conforme Pinho (2009), a reabilitação urbana é muitas vezes confundida com reabilitação de edifícios ou até mesmo com conservação do património arquitetónico, sendo que continua frequentemente a ser reduzida a uma intervenção física que tem por objetivo intervir nos edifícios e nos espaços públicos, preservando assim o património urbano e garantindo a permanência no local dos grupos menos favorecidos, à luz do PAICD.

Turcu (2012) assume que a regeneração urbana é considerada como um dos mecanismos fundamentais para a concretização do desenvolvimento urbano sustentável, sendo que a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável forma-se através da reciclagem de terrenos e edifícios abandonados, reduzindo a demanda por desenvolvimento periférico e facilitando o desenvolvimento de cidades mais compactas (COUCH e DENNEMANN, 2000).

Deste modo, podemos olhar para a cidade como o exemplo a seguir, sendo que “(...) o padrão de produção e o consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se no espaço das cidades e estas tornam-se cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento” (FERREIRA, 1998).

3.1 Cidades Sustentáveis

A Estratégia das Cidades Sustentáveis 2020 procura reforçar a dimensão estratégica do papel das cidades nos diversos domínios da Estratégia 2020, segundo a MPT. Ancorado no paradigma do desenvolvimento urbano sustentável, este documento elaborado à luz do Portugal 2020, constitui as linhas orientadoras para o desenvolvimento territorial, apresentando uma condição fundamental para que o enfoque das intervenções não se resumam

apenas à dimensão física do espaço urbano, mas antes que vá ao encontro de desígnios mais altos como são o desenvolvimento económico, a inclusão social, a educação, a participação e a proteção do ambiente.

Nesse sentido, a MPT ratifica que a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 baseia-se na resposta a um conjunto de desafios, os quais exigem abordagens integradas, adequadas às condições particulares de cada território, devendo enraizar-se nas políticas nacionais de desenvolvimento económico-social, e numa perspetiva consistente de médio e longo prazo e capaz de garantir:

- ✓ Competitividade e crescimento
- ✓ Inclusão e coesão social
- ✓ Transformações demográficas
- ✓ Governança estratégica
- ✓ Disciplina do uso do solo
- ✓ Viabilidade financeira
- ✓ Regeneração urbana
- ✓ Sustentabilidade e resiliência
- ✓ Integração urbana-rural
- ✓ Integração no espaço internacional

De acordo com (ROSELAND, 1997), a cidade sustentável é o tipo mais durável de assentamento que o ser humano é capaz de construir e sendo ainda uma cidade capaz de propiciar um padrão de vida aceitável sem causar profundos prejuízos ao ecossistema ou aos ciclos biogeoquímicos de que ela depende (REGO et al, 2013).

O conceito de cidades sustentáveis requer a criação de uma nova lógica de funcionamento, gestão e crescimento em detrimento das que foram praticadas principalmente no século XX seguindo a ideia de “expansão com esgotamento” (LEITE, 2012), sendo que o conceito faz referência à não preocupação em se

preservar os recursos, mas explorá-los a fim de se atingir os objetivos de crescimento económico.

A prossecução da visão estratégica e a resposta aos vários desafios deverá realizar-se mediante quatro eixos estratégicos devidamente alinhados com os grandes objetivos da Europa 2020 e com os objetivos temáticos e prioridades de financiamento, no âmbito do novo quadro comunitário relativo aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (figura 3). Além disso, a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, configura-se com uma proposta que visa garantir um futuro das cidades mais sustentáveis, articulando uma visão com um conjunto de princípios orientadores e quatro propostas de eixos estratégicos de intervenção, apontando no eixo 2 e no eixo 3 as linhas orientadoras que seguem a linha do relatório de estágio:

Eixo 1: Inteligência e Competitividade

Eixo 2: Sustentabilidade e Eficácia

- Regeneração e reabilitação urbana
- Habitação
- Ambiente urbano
- Integração urbano-rural

Eixo 3: Inclusão e Capital Humano

- Inclusão Social
- Comunidades urbanas

Eixo 4: Territorialização e Governança

Nesta visão estratégica, e já vislumbrando o âmbito do PAICD, considera-se pertinente esmiuçar, particularmente, o **Eixo 3: Inclusão e Capital Humano** e o objetivo temático - Inclusão Social, das Cidades Sustentáveis 2020, uma vez que reforçam a importância de promover a inclusão, a equidade e a coesão social, pelo oposto, considera-se relevante reverter os processos associados à exclusão

social, como a pobreza, as dificuldades no acesso à habitação, a equipamentos e a serviços e o afastamento para as periferias.

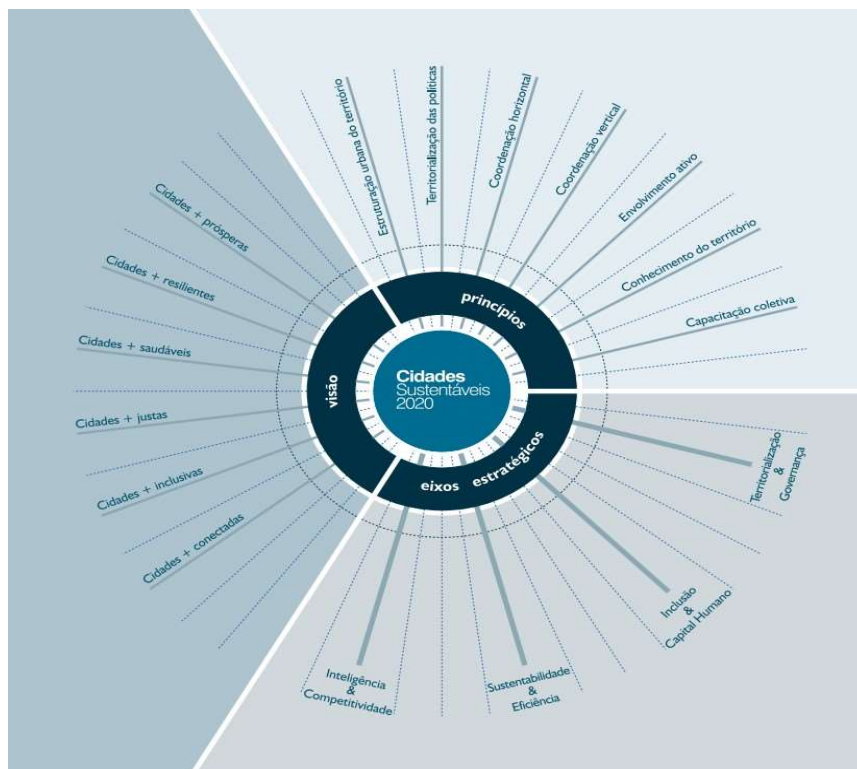


Figura 3: A visão das Cidades Sustentáveis 2020

Fonte: www.dgt.pt

Por outra via, torna-se pertinente assegurar a extensão, intensidade e qualidade das redes de infraestruturas urbanas e de equipamentos e serviços sociais, através de uma perspetiva funcional e não tão só administrativa, cujo interesse passa, exatamente, por responder às procuras e necessidades específicas e emergentes dos idosos, crianças, jovens, famílias e cidadãos com mobilidade reduzida.

Também a mobilidade passa, nos dias de hoje, a ter um papel fundamental não só nas questões de Ordenamento do Território Sustentável e no Desenvolvimento, mas também por ser uma das principais bandeiras da empresa MPT. A mobilidade de pessoas e bens não só proporciona benefícios como também implica uma série de efeitos colaterais económicos, ambientais e sociais

indesejados. Uma vez que as causas destes problemas são relativamente bem conhecidas, torna-se possível enunciar as respectivas soluções. Um exemplo notável é o conjunto de soluções definidas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em Junho de 1992, e formuladas no documento "Agenda 21", documento este que sistematiza um plano de ações com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável por parte dos países mundiais.

(MACEDO, 2008 e COSTA, 2006) afirmam que uma das razões que levou à adição do conceito de sustentabilidade ao de mobilidade urbana foi, justamente, a sua ligação com a eficiência da gestão da cidade, e à necessidade do uso racional dos recursos. Por ser essencial às necessidades humanas e, até mesmo, envolver uma mudança de cultura, este conceito passou a ser associado à gestão participativa e à sustentabilidade ambiental. Isto reforçou a sua relevância, transformando-o num parâmetro orientador da utilização de vias e espaços urbanos de forma eficiente e dinâmica, com a minimização dos impactos negativos (AZEVEDO FILHO, 2012).

A Comissão Europeia reconhece que a mobilidade urbana é um fator que contribui de modo relevante para o crescimento e o emprego e que, portanto, exerce um forte impacto no desenvolvimento sustentável da União Europeia. A Comissão decidiu, assim, apresentar um Livro Verde, em 2007, sobre mobilidade urbana para explorar se, e de que modo, pode acrescentar valor às ações já encetadas a nível local (CCE, 2007).

O mesmo se pode atribuir às cidades inteligentes, as chamadas "Smart-cities". Os sistemas de ordenamento territorial em grande medida definem onde, como e a percentagem de atividades que devem ser implantadas na cidade. Em muitas cidades as atividades desenvolvem-se e localizam-se sem uma decisão estratégica à priori que considere o transporte, as distâncias e o consumo de

energia e dos recursos naturais locais, resultando na maioria dos casos em padrões desequilibrados do uso e ocupação do solo (MAGALHÃES, 1998).

Rematando, os objetivos de qualificação sustentável da população baseada em melhor literacia, melhor cidadania, melhor qualidade de vida, melhor visão empreendedora e melhor intervenção social, resultarão numa população com preparação e espírito crítico para enfrentar as rápidas dinâmicas da conjuntura atual.

**Parte III – O Programa de Ação Integrado para Comunidades
Desfavorecidas nos processos de planeamento – PAICD Ferreira do
Alentejo**

1. Introdução

O apoio para a implementação de políticas públicas junto das comunidades desfavorecidas presentes em áreas urbanas carenciadas tornou-se essencial, atendendo que se tratavam de territórios mais vulneráveis e permissivos a problemáticas de cariz físico, social e económico.

Para o devido efeito, o município de Ferreira do Alentejo, propôs a realização do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) conforme o Aviso nºALT20-43-2017-02, com o intuito de promover intervenções diversificadas que possibilitassem uma efetiva redução das assimetrias existentes num combate a situações de exclusão social, por um lado, e inclusão das populações, por outro.

O PAICD, parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), o qual será abordado mais à frente, incluiu ações no âmbito do desenvolvimento social do concelho enquadrando-as numa perspetiva estratégica, na medida em que, compreendeu as necessidades do concelho em matéria de regeneração física, social e económica.

Enquanto instrumento prático, o PAICD de Ferreira do Alentejo, teve em consideração as necessidades sociais específicas e as oportunidades materiais de concretização existentes, determinantes intrínsecas, bem como as dinâmicas sociais e políticas plasmadas na estratégias europeias, nacional e regionais consideradas como determinantes extrínsecas.

Em suma, a estratégia do município de Ferreira do Alentejo compreendeu uma visão holística do território, baseada no efeito multiplicador e replicador das intervenções. Com enfoque nas comunidades desfavorecidas, o PAICD, apresentou linhas de ação e definiu estratégias de intervenção transversais e tangenciais a todo o território.

1.1. Enquadramento Geral

O Plano de Ação Integrado para as Comunidade Desfavorecidas (PAICD) é um instrumento de planeamento de âmbito territorial e surge integrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que, por sua vez, se destina aos centros urbanos dos municípios de nível superior que tencionem contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional as prioridades de investimento inscritas no eixo urbano daqueles programas operacionais.

Segundo o concurso presente no Aviso nºALT20-43-2017-02, o PAICD, teve aplicação na NUT II da Região do Alentejo, especificamente nas áreas de intervenção definidas no PAICD pelos municípios que se constituem como centros urbanos complementares.

Uma das prioridades de investimento contratualizada com o respetivo Programa Operacional Regional foi designadamente, a PI 9.8 (9b) - “Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” e sua contratualização implicou, obrigatoriamente, a apresentação do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, a fim de sustentar todas operações a contratualizar com o PO Regional.

As operações previstas na PI 9.8 tinham por objetivo, conforme descrito no artigo 262.º do Regulamento Específico da Inclusão Social e do Emprego (RE ISE), a regeneração física, económica e social, áreas carenciadas, em bairros sociais ou conjuntos de urbanos similares desfavorecidos onde residiam e residem comunidades desfavorecidas e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social.

No que concerne às tipologias de operações, o PAICD, enquadrando intervenções que correspondiam a operações previstas no aviso supracitado, que se enquadram nas seguintes tipologias de operação abrangidas pela PI 9.8:

a) “Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos, destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações;

b) Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social;

c) Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva, em que sejam exercidas atividades e serviços de âmbito social destinados a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência e incapacidades, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social”.

A delimitação territorial do PAICD correspondeu a pequenas áreas inframunicipais, de acordo com as características sócio funcionais do espaço. As operações de regeneração física, económica e social realizadas incidiram em áreas críticas do território municipal, tendo as intervenções ao nível físico sido acompanhadas por intervenções de natureza social.

A elaboração do PAICD implicou a elaboração de um planeamento com enfoque na comunidade residente, partindo da identificação da mesma, bem como das suas necessidades e integrando as respostas necessárias em matéria de regeneração física, económica, social e ambiental. Note-se que, só podem existir intervenções ao nível físico quando acompanhadas com intervenções de

natureza social, designadamente, ações ligadas à regeneração social enquadradas na PI 9.8 - promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco.

O Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) da área territorial de Ferreira do Alentejo é um instrumento estratégico de definição dos objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento local e social de determinada comunidade.

Com a elaboração deste plano de ação é possível desenvolver uma radiografia da situação atual e traçar uma situação social desejável, mas realista, para as áreas de intervenção onde será aplicado, incluindo a programação das etapas e estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

Servirá também de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento das comunidades desfavorecidas identificadas e caracterizadas por freguesia, vinculando as iniciativas de todos os agentes, cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social deste município.

2. Enquadramento Estratégico Do PAICD Nas Políticas De Ordenamento

O Plano Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) de aplicação ao nível do município de Ferreira do Alentejo, no horizonte temporal 2014-2020, pressupõe responder aos novos desafios e a uma nova ambição para o futuro do concelho.

Foi e será dada especial atenção às pessoas, às comunidades e aos territórios mais desfavorecidos, com o intuito de promover a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas e, ao mesmo tempo, promover o sucesso escolar, combatendo o abandono escolar entre as crianças e jovens,

apoando o acesso ao emprego por parte dos desempregados, contribuindo para uma inclusão ativa dos idosos, revitalizando os espaços e as comunidades urbanas desfavorecidas ou territórios rurais e os espaços de baixa densidade.

Neste sentido, torna-se relevante referir que os objetivos estratégicos definidos para o PAICD se encontram em sintonia com a estratégia EUROPA 2020, uma vez que preconizam um crescimento inteligente, sustentado e inclusivo para a União Europeia, enquadrado num dos objetivos propostos pela regulamentação europeia, designadamente: na dimensão do crescimento inclusivo, o emprego, a inclusão social e o combate à pobreza, o ensino e a capacitação da administração pública.

Encontra-se, de igual modo, alinhado com um dos quatro domínios temáticos do PORTUGAL 2020 - Inclusão social e emprego. Esse alinhamento está assegurado ao nível operacional, através de uma coordenação da aplicação dos fundos europeus na Região Alentejo com os Programas Operacionais Temáticas em cada um dos domínios.

Importa referir, ainda, que o PAICD, além de surgir no âmbito do PEDU, segue as orientações estratégicas definidas pelos diferentes Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente: o Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT - Alentejo), mas também por outras figuras do planeamento, elaboradas à luz do Portugal 2020, tal como o Programa Operacional Regional do Alentejo (POR Alentejo), a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), o PACTO para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e, finalmente, pelas DLBC - Estratégias para o Desenvolvimento Local.

2.1 Contexto Europeu

Estratégia Europa 2020

A Estratégia Europa 2020 foi elaborada com base na experiência adquirida na estratégia anterior, Estratégia de Lisboa (2000-2010), reflete as alterações contextuais na União Europeia (UE) desde 2000, em particular a necessidade de ultrapassar rápida e consistentemente a crise económica vivida, com impactos substanciais ao nível da estrutura social, apontando a Estratégia EUROPA 2020 e a Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP) como os seus principais domínios (Quadro 1).

Quadro 1: Principais objectivos e atributos do contexto europeu do PAICD

Designação	Objetivos	Atributos
Estratégia Europa 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento Inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; • Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; • Crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial; 	<ul style="list-style-type: none"> • Metas a atingir até 2020: emprego, I&D, redução do CO2, educação e combate à pobreza • Mobilizar os seus meios financeiros; • Explorar novas formas de articulação das finanças públicas e privadas; • Criar instrumentos inovadores para financiar os investimentos necessários.
Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP)	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo Temático 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação. • Objetivo Temático 3: Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas. • Objetivo Temático 5: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos. • Objetivo Temático 6: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos. • Objetivo Temático 11: Reforçar a capacidade institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Eixo Prioritário 1: Crescimento inteligente através de uma cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação; • Eixo Prioritário 2: Crescimento inclusivo através de uma cooperação transfronteiriça a favor da competitividade empresarial; • Eixo Prioritário 3: Crescimento sustentável através de uma cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão de recursos naturais; • Eixo Prioritário 4: Melhor capacidade institucional e eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça; • Eixo Prioritário 5: Assistência Técnica.

Perante este cenário tornou-se evidente a criação de uma estratégia capaz de transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, de forma a proporcionar elevados níveis de emprego, de produtividade, coesão social e territorial (figura 4). Nesse contexto, a Estratégia da Europa 2020 apresentou uma visão da economia social e do mercado para a Europa.



Figura 4: Prioridades da Estratégia Europa 2020

Fonte: MPT, 2017

Em suma, as instituições europeias com este enquadramento pretendem reforçar a importância do crescimento e do emprego, nas regiões europeias, assumindo os mecanismos de cooperação territorial um papel de destaque no novo ciclo de programação.

Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (POCTEP) 2014-2020

Torna-se relevante fazer referência ao Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal dada a localização, não só, de Ferreira do Alentejo, mas também da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), contemplando vários concelhos em linha de fronteira, no período de 2007-2013, reforçando a “Cooperação Territorial Europeia”, um dos três objetivos da União Europeia.

Aprovado pela Comissão Europeia (CE), na sua Decisão C (2015) 893, a 12 de fevereiro de 2015, o Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020 é o resultado direto da experiência favorável que, desde 1989, envolveu a cooperação na fronteira entre os dois países, que permitiu e pretende continuar a avançar na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Espaço de Cooperação.

Contudo, a definição da estratégia pretende responder às debilidades que afetam o progresso económico e social do Espaço de Cooperação, coerente com o quadro de intervenção política da UE e que goze de um elevado consenso para envolver os diferentes agentes sociais e institucionais para o seu desenvolvimento.

2.2 Contexto Nacional

Portugal 2020

De acordo com as orientações estratégicas Europeias, entendidas como um modelo de desenvolvimento e às prioridades de aplicação de fundos estruturais, cada Estado-membro iniciou os trabalhos, com vista a definição da sua própria estratégia e aplicação dos respetivos fundos comunitários.

Neste sentido, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de novembro, estabeleceu as prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2014-2020 (figura 5).



Figura 5: Principais objetivos do Portugal 2020

Fonte: AD&C, Agência Para Desenvolvimento E Coesão, I.P

Assim, o Governo Português, através do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia reuniu a atuação dos 5 Fundos Europeus e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP, no qual se definiram os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Com vista o crescimento e a criação de emprego, foram definidos objetivos temáticos, onde serão aplicadas intervenções necessárias para os concretizar, as suas realizações e os resultados esperados decorrerão através dos financiamentos supramencionados (figura 5).



Figura 6: Objetivos estratégicos do Portugal 2020

Fonte: MPT, 2017

Na verdade, o PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal participará a par com outros Estados Membros. Relativamente, aos Programas Operacionais Temáticos, o Continente, é compreendido por quatro, tal como se observa na 6.

Dá-se especial enfoque, ao Programa Operacional Temático - Inclusão Social e Emprego (PO ISE), não só, porque vai de encontro com a temática em estudo, mas também, por se tratar de um objetivo comum a toda União Europeia, sendo ele assumido em Portugal com a devida prioridade.

Neste sentido, o Programa Operacional Temático - Inclusão Social e Emprego (PO ISE) pretende integrar as pessoas em situação de risco de pobreza e o combate à exclusão social, recorrendo a medidas inovadoras de intervenção social e apoios diretos às comunidades desfavorecidas e, por outro lado, com políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social.

Cidades Sustentáveis 2020

Já anteriormente abordada a questão, a estratégia Cidades Sustentáveis 2020, configura-se com uma proposta que visa garantir um futuro das cidades mais sustentáveis, articulando uma visão com um conjunto de princípios orientadores e quatro propostas de eixos estratégicos de intervenção, já abordado previamente.

Tal como já anteriormente referido, no âmbito do PAICD considera-se pertinente esmiuçar, particularmente, o Eixo 3: Inclusão e Capital Humano e o objetivo temático - Inclusão Social, das Cidades Sustentáveis 2020, uma vez que reforçam a importância de promover a inclusão, a equidade e a coesão social. Pelo oposto considera-se relevante reverter os processos associados à exclusão social, como a pobreza, as dificuldades no acesso à habitação, a equipamentos e a serviços e o afastamento para as periferias.

Programa Operacional Regional – Alentejo 2020 (POR ALENTEJO 2020)

O Alentejo 2020 é o Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014-2020.

O Programa Operacional Alentejo 2020 (POR) contempla uma breve apresentação da Região Alentejo face ao contexto nacional, uma síntese das principais fragilidades e necessidades regionais, incluindo as suas assimetrias territoriais, as principais forças que devem ser mobilizadas para inverter e combater fragilidades.

Com uma dotação global de 1.082,9 Milhões de euros, dos quais 898,2 Milhões de euros FEDER e 184,7 Milhões de euros FSE, o Programa é constituído por quatro Agendas e 10 Eixos Estratégicos, articulados entre si.

Agendas:

- Competitividade e Internacionalização
- Capital Humano
- Inclusão Social e Emprego
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

Ao enquadrar a visão estratégica assumida pelo PAICD, no PROT-Centro, destacam-se os seguintes eixos/objetivos estratégicos:

Eixo 4: Desenvolvimento Urbano Sustentável

Eixo 6: Coesão Social e Inclusão

Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) - Estratégias para o Desenvolvimento Local

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) tem por objetivo primordial a promoção de territórios específicos, bem como a concertação estratégica e operacional entre parceiros, orientada para o empreendedorismo e a criação de postos de trabalho, em coerência com o Acordo de Parceria - Portugal 2020 - e no quadro da prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

Através de uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial, o DLBC, é apoiado por vários programas operacionais do Acordo de Parceria 2014-2020, e se caracteriza pela inclusão de, pelo menos, os elementos sistematizados no Quadro 2:

Quadro 2: Principais objectivos e atributos do contexto nacional do PAICD

Designação	Objetivos	Elementos
<ul style="list-style-type: none"> • DLBC 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) destinadas a territórios sub-regionais ou locais bem identificados; • Parcerias locais dos setores público e privado (Grupos de Ação Local- GAL); • Abordagem ascendente em que os grupos de ação local têm poderes de decisão no que diz respeito à elaboração e execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), sem prejuízo da sua necessária aprovação pelas entidades responsáveis; • Concessão e execução multissetoriais da estratégia baseadas na interação entre agentes e projetos de diferentes setores da economia local; • Execução de abordagens inovadoras; • Execução de projetos de cooperação; • Ligação em rede de parcerias locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de emprego quer aferido através das “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego” (PI 9.6 -FSE); quer pelos “Postos de trabalho das empresas apoiadas “no âmbito dos apoios FEDER); • “Empresas apoiadas” enquanto indicador igualmente relevante no apoio à dinamização da atividade económica local e à criação de emprego; • Capacidade para uma criação sustentável de emprego, em alinhamento direto com o indicador de resultado da PI 9.6: “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio”; • Capacidade de mobilização de investimento privado associado à intervenção pública, em alinhamento direto com o indicador de resultado da PI 9.10 “Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado”.

23. Instrumentos de Gestão Territorial

Além de definirem algumas das principais regras sobre o Planeamento e Ordenamento do Território de Portugal, os instrumentos de gestão territorial supraexplícitos entram num quadro de vigor jurídico que melhor definem as ações praticadas e os agentes em cena, que neste caso justifiquem as bases de intervenção para o PAICD de Ferreira do Alentejo (Quadro 3).

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (EDNS)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015 e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS- Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável) foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Aprovado a 4 de Setembro de 2007 e retificado no mesmo ano, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é composto por um relatório e um programa de ação.

O relatório descreve o enquadramento do país no contexto ibérico, europeu e mundial, faz a caracterização das condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal, identifica os principais problemas para o ordenamento do território, que fundamentam as opções e as prioridades de intervenção em matéria de ordenamento do território, e procede ao diagnóstico das várias regiões, fornecendo opções estratégicas territoriais para as mesmas, estabelecendo um modelo de organização espacial (PNPOT, 2006).

O programa de ação concretiza a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do país, em coerência com outros instrumentos estratégicos, através da definição de orientações gerais, de um conjunto articulado de objetivos estratégicos, que se desenvolvem através de objetivos específicos e de medidas prioritárias, definindo as diretrizes para a coordenação da gestão territorial.

De referir que o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) está em actualização.

Programa Regional de Ordenamento do Território - Alentejo (PROT- ALENTEJO)

Os Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são, instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica de âmbito regional (art.º 7 e art.º 8 da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto), tem os seus princípios, objetivos e orientações consagradas no PNPT, que por sua vez, constituem um quadro de referência estratégico para os Planos Diretores Municipais (PDM).

Os PROT são o pilar da política de desenvolvimento territorial, além disso, estabelecem a definição dos programas de ação das intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia.

Quadro 3: Principais objetivos dos Instrumentos de Gestão Territorial aliados ao PAICD

Designação	Objetivos/eixos estratégicos
<ul style="list-style-type: none">Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (EDNS)	<ul style="list-style-type: none">Qualificação da população Portuguesa orientada para uma sociedade do conhecimento;Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro;Gestão eficiente e preventiva do ambiente e dos recursos naturais;Organização equilibrada do território, valorizadora de Portugal no espaço europeu e proporcione qualidade de vida;Dinâmica de Coesão Social e Responsabilidade Individual;Papel ativo de Portugal na cooperação para a sustentabilidade global.
<ul style="list-style-type: none">Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPT)	<ul style="list-style-type: none">Objetivo Estratégico 3: Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;Objetivo Estratégico 4: Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
<ul style="list-style-type: none">Programa Regional de Ordenamento do Território - Alentejo (PROT Alentejo)	<ul style="list-style-type: none">Qualificação do Território;Reestruturação das atividades económicas e promoção do emprego;Inovação e formação de competências;Reestruturação das atividades económicas e promoção do emprego;Desenvolvimento local (territórios de baixa densidade/zonas de fronteira)

Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo (PDM)

O PDM é o instrumento principal de gestão territorial que define a estratégia de desenvolvimento e o modelo territorial assim como as principais opções quanto à localização de equipamentos e de infraestruturas. Trata-se, porém, de instrumento de planeamento que serve de apoio à tomada de decisão.

A análise da integração de um concelho num espaço territorial alargado torna-se não só obrigatória assim como deverá ser um exercício fundamental para compreender a sua inserção geoestratégica e mais importante ainda é avaliar o quadro de possibilidade de desenvolvimento e condicionantes externas.

O PDM de Ferreira do Alentejo, no momento de elaboração do PAICD, encontrava-se em fase de revisão, o que surge como uma oportunidade para realização de uma reflexão sobre o concelho de onde poderá resultar uma nova definição de políticas de desenvolvimento e ordenamento do território municipal, políticas essas que deverão ser orientadas para o desenvolvimento sustentável e capazes de responder aos novos desafios que o contexto de incerteza atual nos coloca, em termos económicos, ambientais e sociais (Figura 6).

De acordo com o diagnóstico realizado no âmbito da revisão do PDM foram identificados constrangimentos ao nível do concelho que importam ser invertidos, sobretudo o decréscimo populacional, o empobrecimento e o desemprego resultado da falta de ritmo de desenvolvimento socioeconómico.

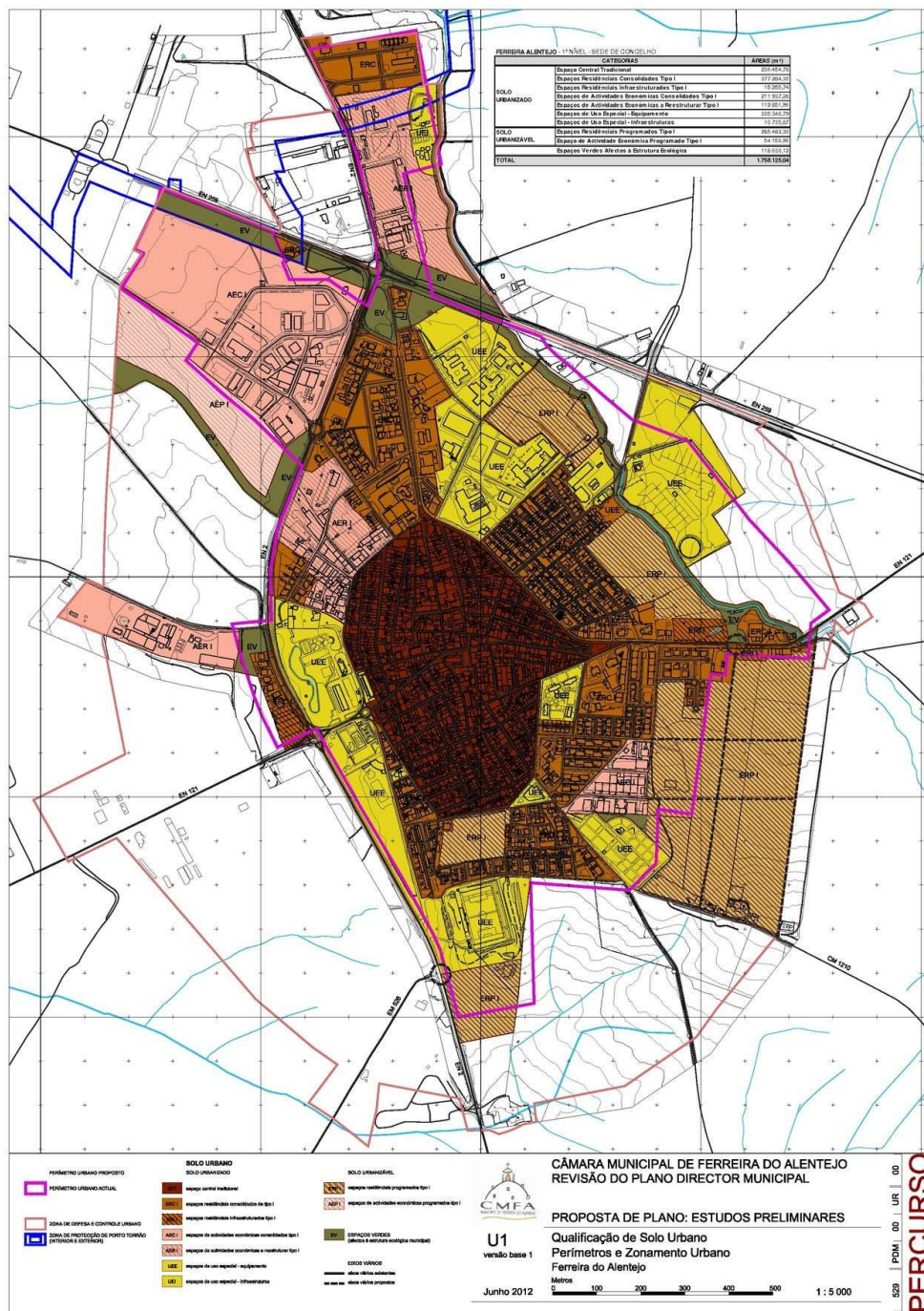


Figura 7: Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo – Classificação da qualidade do solo
 Fonte: www.ferreiradoalentejo.pt

Do mesmo modo se considera necessário reforçar os pontos fortes como o caso da excelente localização e acessibilidade e potenciar as oportunidades nomeadamente dos valores patrimoniais e culturais.

Nesse sentido foram traçados grandes objetivos que espelham o modelo estratégico de especialização de Ferreira do Alentejo que, pressupõem a promoção de novas atividades económicas por forma a estancar o despovoamento humano do concelho. No âmbito do PAICD de Ferreira do Alentejo serão tidos em consideração as seguintes linhas de orientação (Documento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo, 2010):

- “Tornar competitivos os aglomerados urbanos do concelho, no contexto da rede urbana sub-regional e de sistemas polinucleados potenciados pelas novas acessibilidades.
- Relançar e desenvolver estratégias inovadoras de ensino, educação e promover a formação e inovação tecnológica;
- Reforçar e qualificar os Serviços e Equipamentos Coletivos a nível da Educação e de Saúde, Inserção Social, e Desporto, Recreio e Lazer à Saúde e garantir o Apoio Social no sentido de melhorar a qualidade de vida da população;
- Desenvolver estratégias de promoção da gestão do conhecimento e da inovação a nível das populações estudantis e dos recursos humanos na atividade produtiva;
- Garantir o desenvolvimento económico permitido pela melhoria acessibilidades e ligações interconcelhias, eliminação das barreiras físicas e inter-relacionamento entre freguesias;
- Promover e enquadrar a estrutura produtiva local/regional tendo por base os recursos endógenos, nomeadamente os recursos hídricos e energéticos.
- Estruturar e reforçar a Rede de Transportes, externos e internos, do Concelho a assim como reforçar as redes de Comunicações, Internet de Banda Larga e integração no Beja Digital;
- Garantir a Proteção Civil das populações e implementar, a nível concelhio, Serviços e Equipamentos eficazes em situação de risco;

- Maximizar o papel determinante da Administração Pública em termos organizativos e da sua atuação ao nível do desenvolvimento local”.

Face ao exposto é possível afirmar-se que muitas das linhas orientadoras do modelo estratégico de especialização de Ferreira do Alentejo servirão de base para elaboração da estratégia do PAICD de Ferreira do Alentejo. O PDM constitui, porém, um guia orientador para elaboração da estratégia de intervenção PAICD de Ferreira do Alentejo.

24. Planos Estratégicos do Portugal 2020

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020 (PEDBA 2020)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020 (PEDBA'2020) assume-se como documento estratégico onde se encontram definidas orientações específicas para desenvolvimento da sub-região do Baixo Alentejo no horizonte temporal de 2020 (Quadro 4).

No contexto PAICD, há que salientar a importância do eixo 4: "Reforçar o Baixo Alentejo como um Território Residencial Apelativo" visto que segue de orientação estratégica para PAICD de Ferreira do Alentejo.

O eixo estratégico apontado pelo PEDBA visa posicionar a região como um quadro de vida atrativo no segmento das designadas áreas rurais e/ou pouco urbanizadas de baixa densidade, valorizando-o pela(s) diferença(s) e especificidade(s) em relação a territórios congestionados de elevada densidade (PEDBA 2014-2020, 2014).

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) resulta do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais em que os Municípios que correspondem a centros urbanos de nível superior ou Autoridade Urbana podem apresentar o PEDU desde que pretendam contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional (Quadro 4).

O PEDU contemplará os vários instrumentos de planeamento (Figura 8), que suportam cada um destas prioridades de investimento (PI):

- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), com âmbito territorial de nível NUT III.
- Plano de Ação de Regeneração urbana (PARU), com âmbito territorial incidente nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas, dentro de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) em cada centro urbano poderá existir uma ou mais ARU.
- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), com delimitação territorial correspondente a pequenas áreas inframunicipais, de acordo com as características sócio funcionais do espaço.

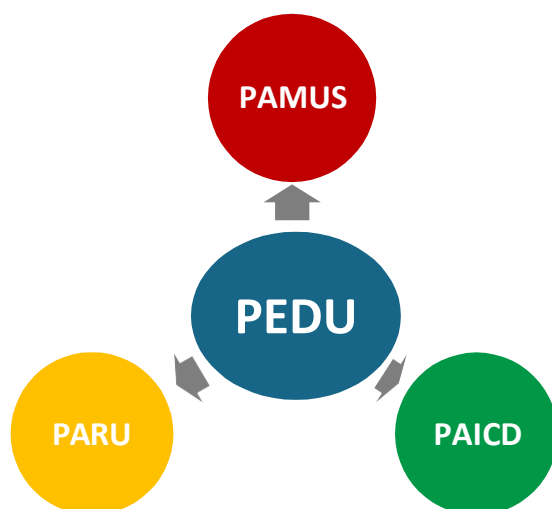


Figura 8: Instrumentos de Planeamento do PEDU

Fonte: MPT, 2017

No entanto, o PEDU contribui para as elegibilidades, constantes dos Programas Operacionais específicos nos termos da Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro, indicadores de realização e resultado dos programas financiados.

Quadro 4: Planos Estratégicos do Portugal 2020 à luz do PAICD

Designação	Objetivos/prioridades
<ul style="list-style-type: none">• Plano Estratégico Desenvolvimento Do Baixo Alentejo 2014-2020 (PEDBA 2020)	<ul style="list-style-type: none">• “Posicionar o Baixo Alentejo como um Território Amigo do Investimento;• Transformar o Baixo Alentejo num Território Empreendedor e Produtivo;• Valorizar o Baixo Alentejo como um Território de Excelência Ambiental;• Reforçar o Baixo Alentejo como um Território Residencial Apelativo;• Dinamizar o Baixo Alentejo enquanto Território em Rede (s)”.
<ul style="list-style-type: none">• Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano (PEDU)	<ul style="list-style-type: none">• “PI 4.5: Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;• PI 6.5: Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;• PI 9.8: Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais”.

Foi deste modo criada uma estratégia para a sub-região do Baixo Alentejo, não só, devidamente articulada com a estratégia regional, mas também com a estratégia nacional e europeia (Estratégia Europa 2020 e Portugal 2020), cuja intenção passará por maximizar a capacidade de mobilização do conjunto de recursos comunitários disponibilizados pelo Fundo Europeu Estrutural e de Investimento (FEEI) para apoiar financeiramente a concretização da estratégia adotada.

3. O Programa de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD

3.1. Organização do PAICD

A elaboração do PAICD - “Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas do município de Ferreira do Alentejo” assenta numa metodologia bipartida com base numa primeira parte de caracterização e diagnóstico e numa segunda parte com a apresentação de estratégias e ações de intervenção.

Numa primeira fase será realizada uma radiografia da situação atual e traçadas as linhas orientadoras ao nível de ações de carácter físico e sociais mais favoráveis, capazes de solucionar os problemas identificados.

Como objetivo específico pretende-se uma regeneração física, económica e social de áreas carenciadas, incluindo bairros sociais ou conjuntos urbanos similares desfavorecidos onde residam comunidades desfavorecidas, e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social.

Este plano, com enfoque na comunidade residente, é fundamental para que o município possa mobilizar meios financeiros das prioridades de investimento 9.8 destinada à regeneração física e económica, e 9.1 destinada à regeneração social no âmbito dos financiamentos previstos ao nível do FEDER e FSE.

Assim, articular-se-ão, no âmbito deste plano, tipos de intervenções ajustadas às características físicas e sociais das diferentes áreas de intervenção:

a) Intervenções de natureza social

- a. Intervenções de integração da população;
- b. Combate ao insucesso e abandono escolar;
- c. Formação profissional de jovens NEET1;
- d. Ocupação de tempos livres;
- e. Formação e inclusão de desempregados de longa duração;
- f. Ações para a integração de imigrantes e comunidades ciganas.

b) Intervenções de carácter físico

- a. Intervenções de reabilitação previstas em edifícios de habitação social;
- b. Intervenções de reabilitação previstas em espaço público envolvente;
- c. Intervenções de reabilitação previstas em equipamentos de utilização coletiva;

c) Intervenções de dinamização económica

- a. Iniciativas de apoio ao empreendedorismo

Numa segunda parte serão definidas as principais linhas de orientação, objetivos específicos e intervenções definidos para a comunidade de Ferreira do Alentejo.

3.2. Metodologia do PAICD

O PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Ferreira do Alentejo apresenta duas fases fundamentais de desenvolvimento - caracterização e diagnóstico e estratégias e ações de intervenção, como a seguir se apresenta (Figura 9):



Figura 9: Esquema de metodologia do PAICD

Fonte: MPT, 2017

3.2.1. Fase I: Caracterização e Diagnóstico Social

O reconhecimento e compreensão da situação atual das comunidades desfavorecidas do concelho e os impactes que esta exerce na qualidade de vida

dos cidadãos e do ambiente foi fulcral para a realização do estudo base deste Plano de Ação.

Tornou-se, assim, de extrema importância a identificação, delimitação e caracterização das Comunidades Desfavorecidas. Nesse sentido, foram reconhecidas as comunidades desfavorecidas onde se pretendeu atuar e onde se verificaram situações críticas em pelo menos três dos critérios seguintes:

- Desemprego de longa duração;
- Escassa atividade económica;
- Pobreza e exclusão social;
- Fenómenos de exclusão social associados a emigrantes e minorias;
- Baixo nível de instrução e insucesso/abandono escolar;
- Criminalidade e delinquência,
- Presença de emigrantes e minorias;
- Evolução demográfica desfavorável;
- Ambiente degradado.

Para a delimitação das áreas a intervencionar foi necessário ter em conta as características sócio funcionais do espaço, ponderando-se critérios como a incidência de fenómenos de pobreza, criminalidade e delinquência, presença de imigrantes e minorias, baixo nível de escolarização e desemprego, entre outros fatores. A área ou áreas delimitadas correspondem a uma das seguintes tipologias:

- **Bairros sociais:** conjuntos urbanos compostos por edifícios destinados a arrendamento em regime de renda apoiada;
- **Núcleos de construção precária:** conjuntos de construções precárias, abarracadas, inacabadas ou móveis sem condições de habitabilidade e destinadas a demolição;
- **Bairros clandestinos:** conjuntos urbanos considerados como áreas urbanas de génese ilegal;

- **Áreas urbanas antigas:** conjuntos urbanos construídos há mais de 30 anos e que não se incluem nas situações atrás indicadas;
- **Áreas urbanas consolidadas:** restantes áreas urbanas, consolidadas e não incluídas em qualquer das tipificações anteriores, mas onde estejam presentes necessidades de intervenção ao nível da inclusão social.
- **Caracterização das áreas urbanas carenciadas:** para cada uma das áreas delimitadas de acordo com os requisitos

Para cada uma das áreas delimitadas de acordo com os requisitos anteriores, é efetuada a sua caracterização, contendo os seguintes elementos:

- **Breve descrição justificativa e de enquadramento da área urbana enquanto área carenciada;**

O município de Ferreira do Alentejo é parte integrante da NUT II - Região do Alentejo e enquadra-se na Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIM BAL) situando-se a Norte do mesmo, ocupando cerca de 648,24km² e partilha fronteira com os municípios de Alvito e Cuba a Nordeste, Beja a Este e Aljustrel a Sul. Confronta, ainda, com os Municípios de Grândola a Oeste, Santiago do Cacém a Sudoeste e de Alcácer do Sal a Norte (Figura 10). Administrativamente encontra-se subdividido por quatro freguesias, nomeadamente, Figueira dos Cavaleiros, Odivelas, União das freguesias de Alfundão e Peroguarda e União das freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros.

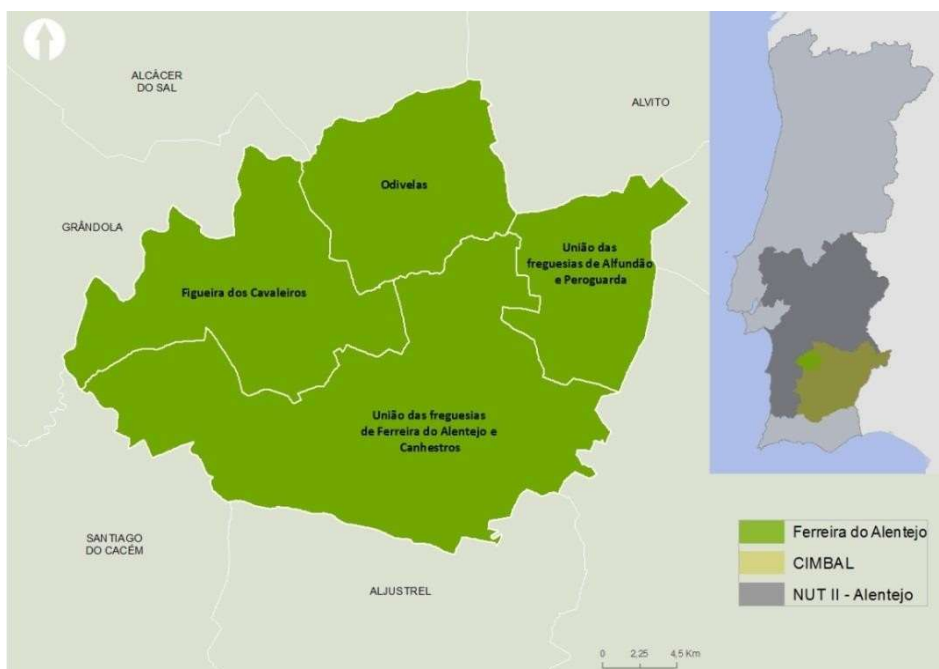


Figura 10: Enquadramento territorial de Ferreira do Alentejo e da CIMBAL

Fonte: CAOP, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2016

Em termos de acessibilidades, o município de Ferreira do Alentejo, encontra-se numa posição geoestratégica privilegiada, na medida em que, se encontra relativamente próximo de importantes polos urbanos de desenvolvimento, nomeadamente da Grande Lisboa, a Península de Setúbal, o Alentejo Litoral e Algarve, assim como do Alentejo Central. Como consequência da sua localização e dos seus aspetos morfológicos, o Município de Ferreira do Alentejo apresenta uma rede viária bem integrada na restante rede de âmbito nacional.

A rede viária do concelho é uma encruzilhada de vias que lhe conferem grande centralidade, sendo atravessado por dois corredores de nível nacional/europeu:

- Corredor sul Sines-Beja-Andaluzia, Sines-Beja-Vila Verde de Ficalho (IP8);
- Corredor litoral Lisboa-Grândola-Algarve, Lisboa-Grândola-Ourique-Algarve (IP1);



Figura 11: Enquadramento da Rede Viária do concelho de Ferreira do Alentejo

Fonte: Adaptado de www.estradasdeportugal.pt - Acedido Em Janeiro de 2016

- **Planta com a localização e delimitação da área urbana carenciada;**

Importa salientar que foi a partir do centro histórico que se desenvolveu o núcleo tradicional. A restante estrutura urbana acaba por estar marcada pelas vias que confluem e ou atravessam a vila, nomeadamente no sentido sul-norte a EN2, no sentido este-oeste o IP8 e a sudoeste a EN121.

Nas extremidades do principal aglomerado urbano surgem, a norte, a noroeste e a sudoeste as áreas indústrias mais recentes.

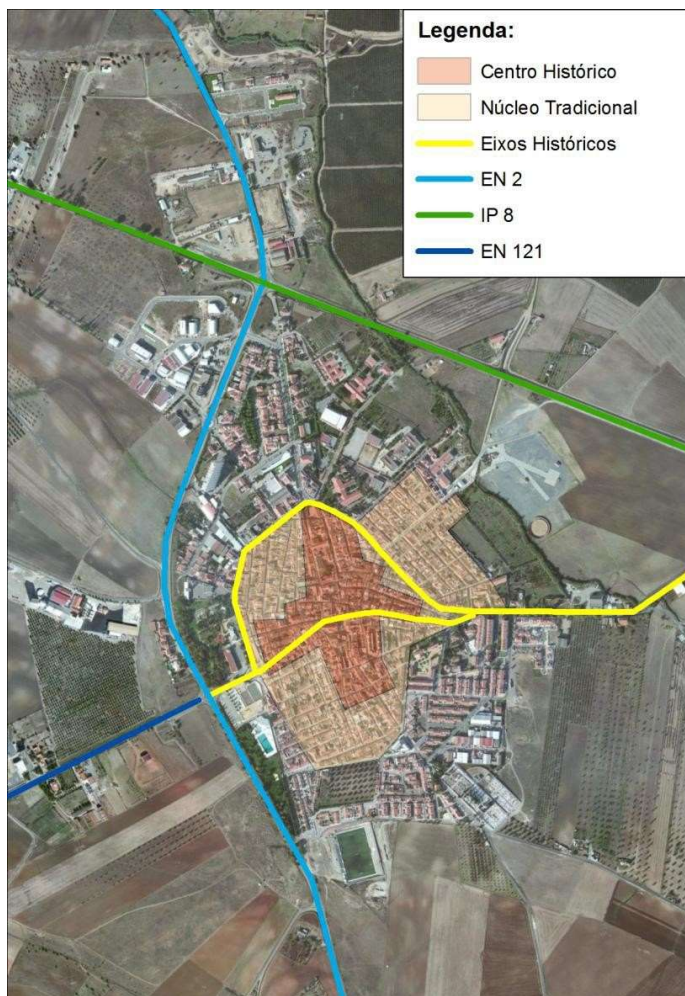


Figura 12: Morfologia urbana da vila de Ferreira do Alentejo
 Fonte: MPT, 2016

Neste contexto foram tidos em consideração os seguintes aspectos:

- Tipificação da área urbana “Delimitação da área territorial a intervencionar”;
- Inclusão de fotografias que ilustrem as situações de desqualificação urbana;
- Quantificação do número de edifícios, habitações e de espaços não habitacionais existentes;
- Quantificação do número de famílias e de pessoas que habitam a área urbana.

Pretendeu-se que o diagnóstico apresentasse uma visão global e integrada dos principais constrangimentos para a implementação e promoção de um modelo de coesão e de igualdade social.

A recolha e sistematização desta informação foi fundamental para a definição e justificação das soluções a implementar, constituindo o suporte à fase seguinte do estudo.

Por forma a compreender melhor as dinâmicas internas e externas, assim como as questões de proximidade entre as freguesias que compõem o concelho de Ferreira do Alentejo e a forma como estes se relacionam, importou ter em consideração vários indicadores estatísticos.

3.2.1.1. Caracterização Demográfica

A análise e gráficos aqui expostos seguem de uma análise realizada para o concelho de Ferreira do Alentejo, adotando para rigor de método, os números oficiais do último recenseamento realizado pelo INE, apelando a uma interpretação direcionada para os objetivos do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecida (PAICD) e, o enquadramento temporal focado, sobretudo na comparação dos dados temporais de uma década, 2001-2011, e sempre que se mostrou necessário para a compreensão da causalidade dos fatores, o recurso a horizontes temporais mais vastos.

De acordo com os dados do XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação o município de Ferreira do Alentejo apresentava, em 2011, uma população residente de 8255 habitantes, enquanto que no ano de 2001, ano do XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação registou 9010 habitantes. Isto significa que num período de dez anos houve uma diminuição de 755 habitantes o que traduz uma taxa de variação populacional de -8,38% (Figura 11).

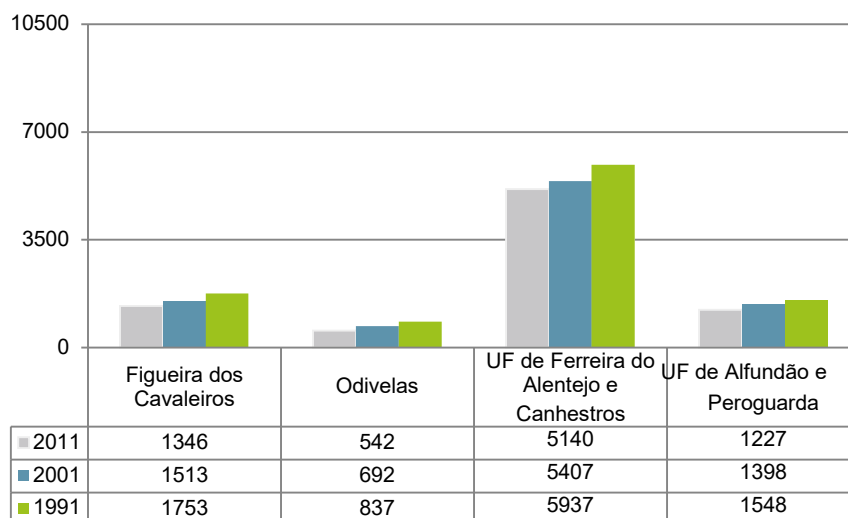


Figura 13: População residente do município de Ferreira do Alentejo

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, 2001 e 2011

Ao analisar a população residente do município de Ferreira do Alentejo distribuída pelas suas quatro freguesias, é possível averiguar que a união das freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros apresenta, em 2011, o maior número de efetivos. Verificou-se, de igual modo, ao longo dos dois últimos períodos intercensitários uma perda populacional em todas as freguesias do concelho. Importa, porém, referir que a freguesia de Odivelas registou, no mesmo período, o menor número de efetivos (542 habitantes). Ao nível da taxa de variação, a mesma freguesia, declarou quer no período de 1991 a 2001 e quer no período de 2001 a 2011 a maior taxa de variação negativa, com taxas a rondar os -17,32% e os -21,68% respetivamente.

Outro elemento de análise considerado foi o Índice de Envelhecimento (Figura 12).

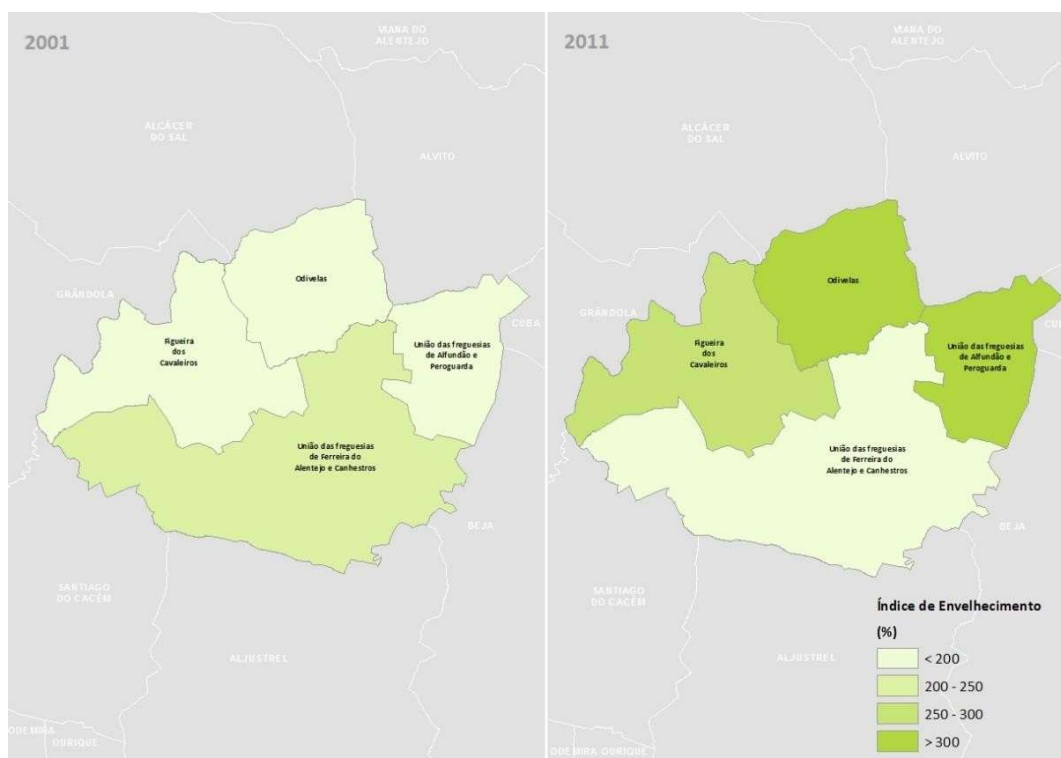


Figura 14: Índice de envelhecimento de Ferreira do Alentejo
 Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, 2001 e 2011

No último período intercensitário (2001-2011), o índice de envelhecimento demográfico do território municipal de Ferreira do Alentejo sofreu de forma generalizada um largo incremento, considerando que em 2001 era de 194,2 e em 2011 de 218,4.

No município de Ferreira do Alentejo o índice de dependência juvenil assumiu maior peso na união das freguesias de Alfundão e Peroguarda (21) e menor na freguesia de Odivelas (13) tal como observado na Figura 13.

No que respeita o índice de dependência de idosos adotou maior representatividade freguesia de Figueira dos Cavaleiros (47) e menor na freguesia de Odivelas (37,6).

A união das freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros obteve o índice de dependência total mais elevado do concelho e da CIMBAL.

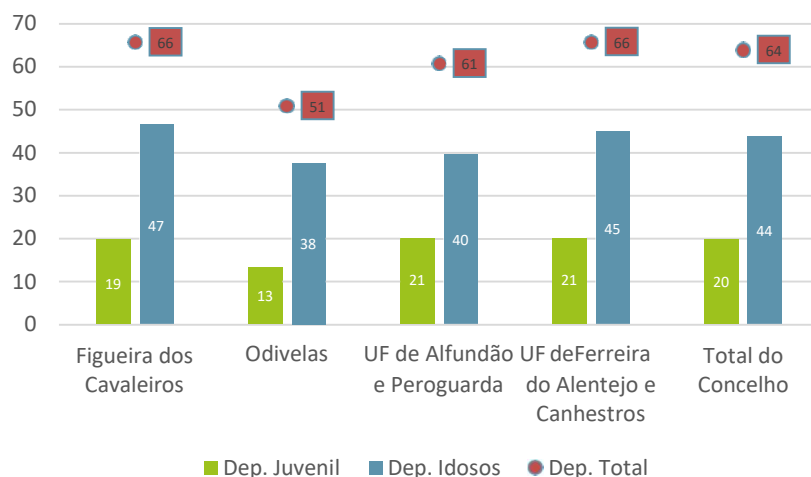


Figura 15: Índice de dependência de idosos do concelho de Ferreira do Alentejo

Fonte: INE, Recenseamento Da População E Habitação, 2001 E 2011

Isto significa que mais de metade da população residente no concelho de Ferreira do Alentejo é dependente (20 jovens e 44 idosos, por cada 100 pessoas em idade ativa).

3.2.1.2. Dinâmicas de economia e emprego

Os gráficos afetos à análise apresentados para as dinâmicas de economia e emprego permitiram avaliar o nível de qualificação da população residente, compreender a taxa de abandono escolar, a taxa de desemprego e, por último, a população inativa do concelho de Ferreira do Alentejo.

A análise dos níveis de instrução da população permitiu conhecer o grau de qualificação dos residentes, o qual constituiu um bom indicador do tipo de emprego e do poder de compra da população.

No que concerne à população sem atividade económica no concelho de Ferreira do Alentejo (Figura 14), observa-se que o grupo dos reformados é o que mais se destaca por assumir maior expressividade, quer em 2011 com 55,4% dos efetivos e quer em 2001 por reunir 48,2% da população residente. Por seu turno, o grupo que menos se evidencia é respeitante ao grupo dos indivíduos com incapacidade para o trabalho, sendo representado por 3,0% da sua população em 2011 e 3,3% em 2001.

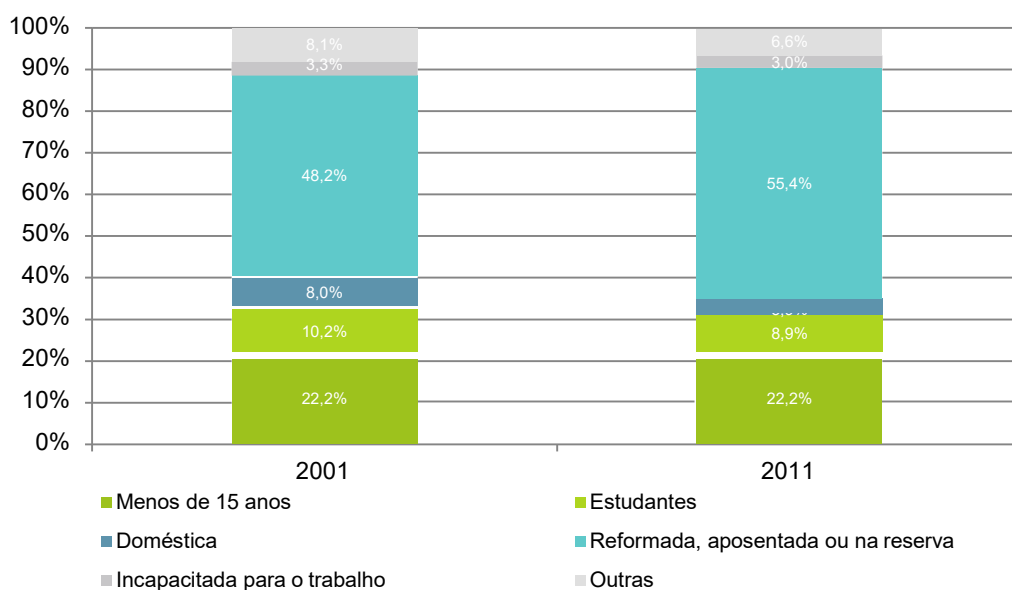


Figura 16: População sem atividade económica no concelho de Ferreira do Alentejo,

Fonte: PORDATA, Recenseamentos Gerais da População, 2001 e 2011

A figura 14 apresenta a distribuição da população por níveis de qualificação relativo ao período intercensitário de 2001 e 2011 no agregado do concelho de Ferreira do Alentejo.

Ao proceder à sua análise é possível verificar que, entre 2001 e 2011, a população sem qualquer nível de instrução reduziu o seu número de efetivos de 34,5% para 16,3%. Quanto aos restantes níveis de ensino sofreram uma evolução positiva na medida em que acumularam um maior número de efetivos.

Os últimos registos censitários (2011) revelaram que 60,4% da população de Ferreira do Alentejo possuía o ensino básico, 16,3% não tinha qualquer nível de instrução, 13,8% dos efetivos detinha o ensino secundário, 8,8% o ensino superior e os restantes 0,6% estavam associados ao ensino médio/pós-secundário.

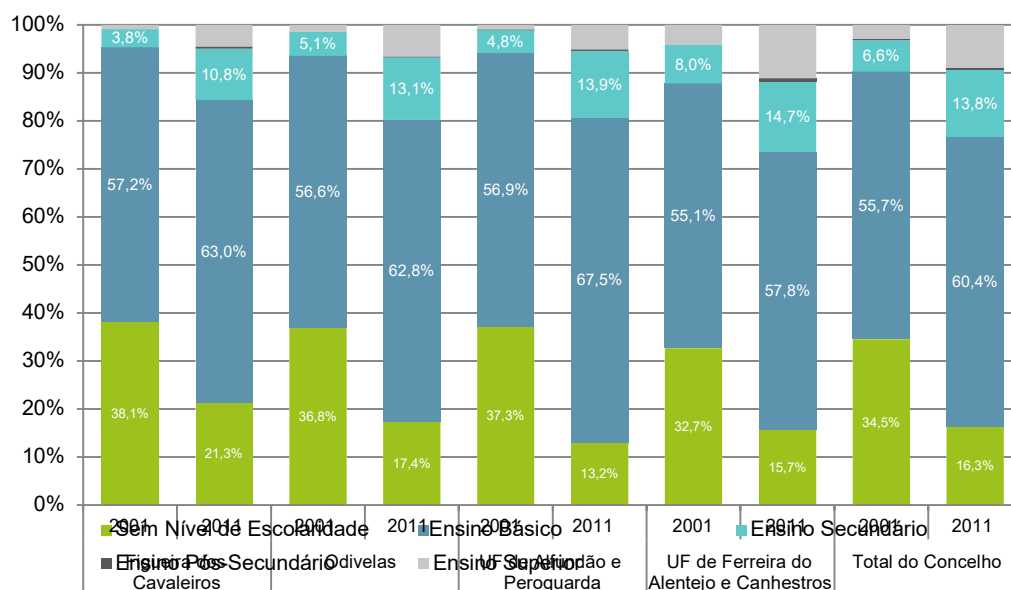


Figura 17: Distribuição da População pelos diferentes níveis de qualificação (%), 2001 e 2011

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação, 2001 e 2011

Ao nível do desemprego o concelho de Ferreira do Alentejo, tal como se pode observar através da Figura 16 e do Gráfico 10, obteve entre 2001 e 2011 um aumento considerável em todas as freguesias do concelho, sendo que em 2011 era de 16,3% e em 2001 de 10,3% (Figura 16).

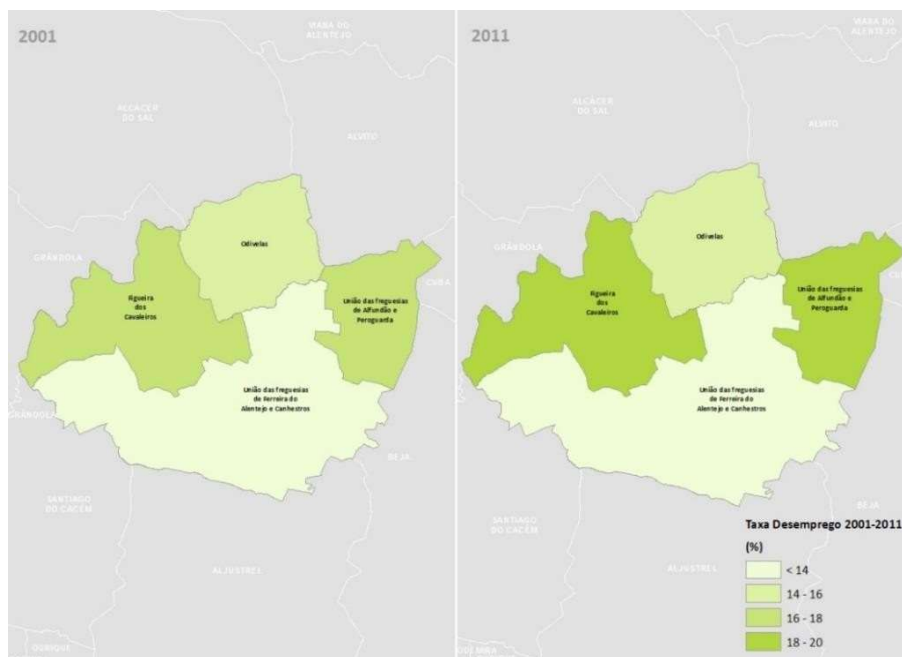


Figura 18: Taxa de desemprego no concelho de Ferreira do Alentejo (%), 2001-2011

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, 2001 e 2011

No concelho de Ferreira do Alentejo, a freguesia de Figueira dos Cavaleiros (19,3%) foi aquela que apresentou a taxa de desemprego mais elevada, superando a taxa média verificada no concelho (16.3%) e da sub-região da CIMBAL (14,5%), ao passo que a união de freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros (12,7%) assinalou a taxa de desemprego mais reduzida.

Importa, porém, salientar como fator explicativo para os valores alcançados, que esta última década foi marcada por uma grave crise económica, com o início em 2008. Até este período o aumento da taxa de desemprego tinha sido gradual, com o início da crise essa tendência agudizou-se e aumentou significativamente o número de pessoas em situação de desemprego, atingindo valores históricos, tendência essa que se consolidou a nível nacional.

3.2.1.3. Dinâmicas de ocupação residencial

No âmbito das dinâmicas de ocupação residencial, tornou-se fundamental conhecer as profundas transformações na sociedade atual, como é o exemplo do processo de globalização, visto que tem originado grandes transformações nas dinâmicas habitacionais associadas às mudanças socioculturais e nos modos de vida da população.

Nesse sentido, voltam a estar em destaque apenas exemplos de uma análise que teve por objetivo compreender as dinâmicas habitacionais do concelho de Ferreira do Alentejo, entendido como um elemento determinante na elaboração do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), contemplando um conjunto de indicadores que permitiram avaliar as condições de habitabilidade das populações, tais como: variação de alojamentos familiares por forma; alojamentos por data de construção; número de edifícios por freguesia; número de edifícios de habitação social; idade média dos edifícios; proporção de edifícios muito degradados e a proporção de edifícios com necessidades de reparação.

Ao analisar-se os alojamentos familiares por forma de ocupação no concelho da Ferreira do Alentejo foi possível constatar-se que, entre 2001-2011, a residência habitual diminuiu de 65,9% para 62,6%. Já as habitações secundárias sofreram um aumento de 20,3% para 20,9% e habitações vagas de 13,7% para 16,4% (Figura 17).

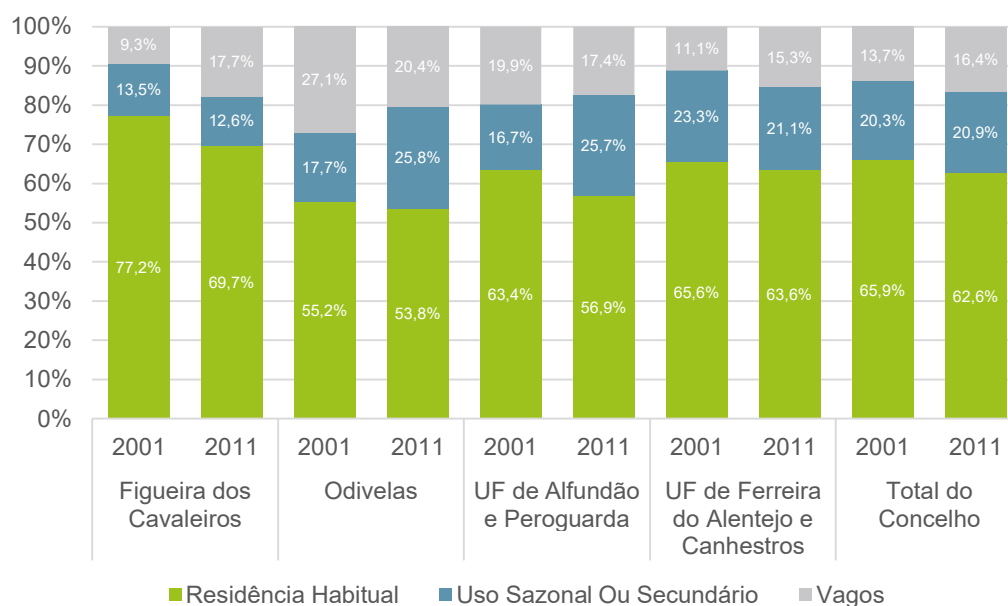


Figura 19: Alojamentos por forma de ocupação no concelho de Ferreira do Alentejo, 2001-2011
 Fonte: INE, recenseamento da população e habitação, 2001 e 2011

Em 2011, a freguesia de Figueira dos Cavaleiros registou o maior número de residências habituais (69,7%), ao passo que a freguesia de Odivelas (53,8%) exibiu o menor número percentual. Enquanto, as residências secundárias assumiram, em 2011, maior peso na freguesia de Odivelas (25,8%) e menor na freguesia de Figueira dos Cavaleiros (12,6%). Por último, as residências vagas adotaram maior representatividade na Freguesia de Odivelas (20,4%), contrapondo-se, assim, à união das freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros (15,3%).

Quanto à idade média dos edifícios do concelho de Ferreira do Alentejo era, em 2011, superior a 50 anos, sendo que os edifícios mais recentes se concentram na freguesia de Odivelas, com idade média de 19 anos (Figura 18). No contexto do

concelho verificou-se, ainda, edifícios com idade média equivalente a 70 anos sobretudo, na união das freguesias de Alfundão e Peroguarda.

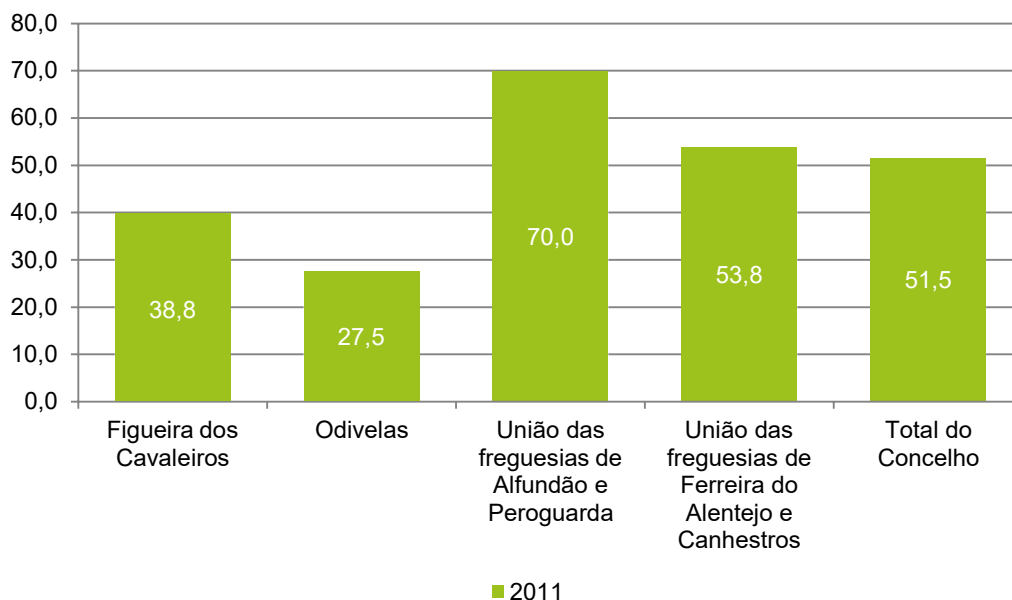


Figura 20: Idade média dos edifícios de Ferreira do Alentejo, 2011

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação, 2001 e 2011

De acordo com os dados do último período intercensitário, constatou-se que, o município de Ferreira do Alentejo não dispunha de fogos destinados à habitação social, nem fogos arrendados destinados para esse mesmo fim. No mesmo período verificou-se que não foram celebrados contratos de arrendamento de habitação social.

Os dados mais recentes do INE (2015) revelaram que não houve fogos de habitação social reabilitados. Dada a ausência de habitação social, significa que o município de Ferreira do Alentejo, no âmbito do Aviso N.º ALT20-43-2017-01, não iria apresentar ações que tinham por intenção a reabilitação nos edifícios de habitação social.

A análise que se segue diz respeito, ao número de edifícios existentes no município de Ferreira do Alentejo. Analisando o Gráfico 6 verifica-se que, houve uma evolução positiva na ordem dos 3%, considerando que em 2011 se registaram 4873 quando em 2001 esse número era de 4725.

Note-se que esta evolução foi transversal a todas as freguesias à exceção da freguesia de Odivelas que decresceu para cerca de 4%. Todavia, a freguesia de Figueira dos Cavaleiros revelou, neste mesmo período, o maior aumento com cerca de 9%.

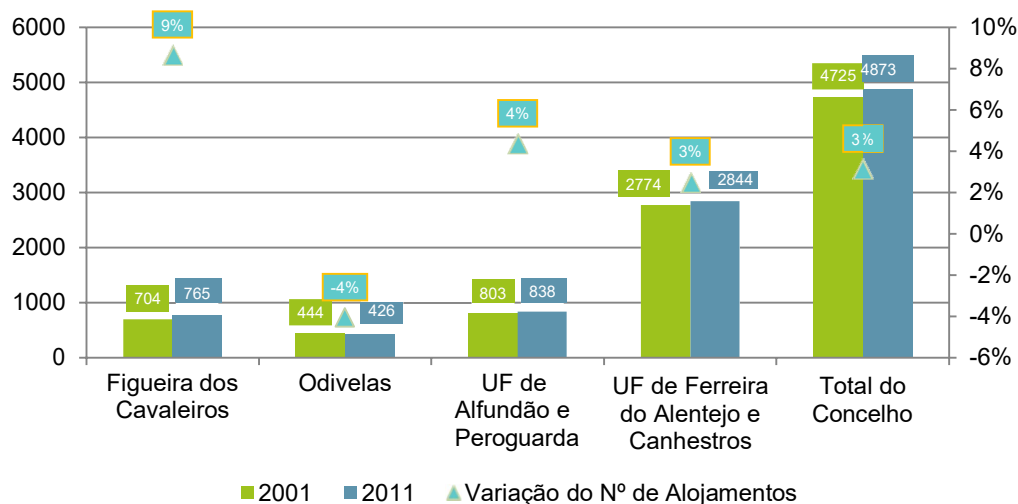


Figura 21: Número de edifícios no município de Ferreira do Alentejo, 2001-2011

Fonte: INE, recenseamento da população e habitação, 2001 e 2011

Para corroborar o que foi dito anteriormente, importa salientar que, a união de freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestro, tal como era de prever, apresentou nos diferentes períodos o maior número de edifícios, ao passo que Odivelas assinalou o menor número.

O diagnóstico permitiu, ainda, identificar as principais comunidades desfavorecidas e ter uma visão integrada dos principais constrangimentos e potencialidades para o alcance da dinamização social e económica. Para isso foi efetuada uma análise **SWOTT (T)**, por forma a auxiliar na identificação dos elementos chave e no estabelecimento de prioridades de atuação.

Com base nesta análise foram definidas as opções estratégicas, fazendo uma abordagem em 5 áreas: **Forças e Oportunidades** (tirando o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detetadas), **Forças e**

Ameaças (tirar o máximo partido dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detetadas), **Fraquezas e Oportunidades** (desenvolver estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que em simultâneo aproveitem as oportunidades detetadas), **Fraquezas e Ameaças** (as estratégias a adotar devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças) e **Tendências** (visão das tendências tendo por base as mudanças atuais).

Quadro 5: Análise SWOTT (T) para o município de Ferreira do Alentejo

PONTOS FORTES

- Posicionamento geoestratégico, dada a proximidade da AML, Beja e Andaluzia;
- Proximidade do aeroporto de Beja e do porto de Sines;
- Boas acessibilidades;
- No território existem recursos naturais de grande valor ecológico;
- Património natural e cultura, gerador de oportunidades e capaz de incentivar a competitividade e atratividade territoriais;
- Potencial cénico associado à paisagem e à topografia da região;
- Recursos energéticos endógenos de qualidade;
- Aumento da taxa de atividade;
- Dinâmica de modernização agrícola (decorrente do sistema de regadio);

PONTOS FRACOS

- Território concelhio caracterizado por baixa densidade populacional e por uma população duplamente envelhecida;
- Elevado índice de envelhecimento;
- Elevado número de população reformada/aposentada;
- Reduzida percentagem de população jovem;
- Baixo nível de escolaridade;
- Baixos índices de habitações médias e superiores;

- Elevada taxa de desemprego;
- Fraca qualificação dos recursos humanos;
- Dificuldades de atração e na retenção de recursos qualificados;
- Reduzida capacidade de incubação de empresas de cariz inovador;
- Fraca cobertura de equipamentos sociais (culturais e desportivos);
- Elevado número de alojamentos vagos e secundários;
- Idade média dos edifícios muito elevada;

OPORTUNIDADES

- Forte capacidade para a fileira Agroindustrial;
- Criação de projetos e ações que promovam o envelhecimento ativo;
- Potencial de aproveitamento das fontes de energia renováveis;
- Produtos endógenos diferenciados de enorme valor e qualidade;
- Criação de imagem de marca;
- Formação e especialização do setor primário;
- Investimento no setor primário;
- Potencial da região no setor do turismo, nomeadamente turismo de natureza, ecoturismo, enoturismo e turismo aventura, fruto da localização privilegiada na península alentejana;

AMEAÇAS

- Excessiva dependência de processos nacionais e supranacionais;
- Elevado índice de envelhecimento;
- Elevado índice de dependência total;
- Dificuldade de adaptação das pequenas empresas e de práticas de I&D e de inovação;
- Fraca atratividade de recursos qualificados;
- Atrasos nas obras das infraestruturas rodoviárias;
- Erosão dos solos e desertificação;
- Progressiva diminuição da procura dos transportes públicos;

- Polarização de dinâmicas turísticas (Algarve, Alentejo Litoral e Évora);

TENDÊNCIAS

- Crescimento da procura turística e por produtos diferenciados;
- Grande valorização do património natural e cultural;
- Aumento da pobreza;
- Diminuição do crescimento demográfico nos espaços europeus;
- Aumento de iniciativas e projetos de revitalização e regeneração urbana;
- Redução das emissões de GEE associado ao consumo energético;
- Grande potencial de valorização ambiental dos espaços agroflorestais;
- Promoção dos modos suaves, em detrimento do uso do transporte individual;
- Adoção de estratégias capazes de promover o envelhecimento ativo;
- Oportunidade de requalificação física e social das áreas urbanas degradadas;
- Oportunidade de requalificação do espaço público de forma a valorizar o contexto urbano das comunidades desfavorecidas;
- Oportunidade reabilitação e melhoria dos equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico;

3.2.2. Fase II: Estratégias e ações de intervenção

A formulação de estratégias de intervenção permite repensar e planear o futuro das comunidades desfavorecidas, resultando na consensualização de uma estratégia global de dinamização económica e social. Após a caracterização e diagnóstico social do território e tendo por base os distintos indicadores socioeconómicos, esta segunda fase, contemplou a identificação de elementos que permitiram definir uma estratégia de intervenção futura. Assim, após a identificação das necessidades encontradas foram definidas estratégias de intervenção para respostas cabal às mesmas.

No que concerne às comunidades desfavorecidas identificadas, foi necessário potenciá-las com intervenções carácter físico (material) e social (imaterial). Estas últimas visaram a inclusão social destas comunidades, constituindo-se como um elemento complementar integrador e potenciador do bem-estar das comunidades desfavorecidas.

A criação de propostas de intervenção passaram, de forma articulada, por intervenções de natureza social (CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Programa Escolhas, DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária, ou outro projeto integrado), reabilitação do edificado e dos espaços públicos e intervenções de dinamização económica.

Pretendeu-se com esta fase definir um plano de intervenção e respetivos compromissos de investimento público a realizar, as realizações e os resultados esperados apoiados em metas quantificadas.

Esta fase encerrou em si a identificação das necessidades encontradas e respetiva estratégia de intervenção para resposta cabal às mesmas. A estratégia a definida passou pela articulação de intervenções de natureza social, de reabilitação do edificado e dos espaços públicos bem como por intervenções de dinamização económica

Deste modo, as estratégias desenvolvidas contemplaram:

- A qualificação e modernização do espaço, equipamentos coletivos e do ambiente urbano;
- Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes;
- Equipamentos de apoio ao desenvolvimento económico;
- Reabilitação/ Requalificação da habitação social e do espaço público envolvente;
- Intervenção em infraestruturas (eletricidade, águas, esgotos, gás);
- Ações da coesão social e da atratividade de zonas urbanas desfavorecidas.

Foi ainda efetuada a identificação das tipologias de investimentos disponíveis ou a mobilização a nível público, considerando as prioridades de investimento do município em sede dos seus instrumentos próprios DS, PDS, e o seu enquadramento nas medidas da tipologia de ação 9.8 como complemento para as medidas de carácter imaterial da tipologia de ação 9.1.

Do mesmo modo foi efetuado o enquadramento financeiro adequado previsto no PO Alentejo no objetivo específico: “Promover a inclusão social em territórios desfavorecidos através de ações de regeneração física, económica e social”.

A metodologia proposta foi apoiada num conjunto de indicadores principais de realização que avaliaram em que medida foram executadas as medidas e intervenções programadas e os indicadores de resultado que avaliaram os impactes das medidas e intervenções e a sua contribuição para os objetivos deste Plano.

O Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas do município de Ferreira do Alentejo interveio num edifício de domínio público, no qual previu a sua reabilitação e reconversão - “Oficina da Criança”, bem como a requalificação do espaço público envolvente na ótica da promoção da inclusão social.

Tendo por base o diagnóstico realizado às habitações sociais foi possível constatar que, no contexto do município de Ferreira do Alentejo, não existiam habitações sociais de domínio público destinadas a famílias que não disponham de habitação própria e/ou não tenham capacidade económica para compra ou para recorrer ao mercado privado de arrendamento. Existiam porém comunidades economicamente desfavorecidas que dispunham de habitações próprias em estado de degradação muito elevado e com fortes necessidades de reparação. Contudo, a população identificada nestas condições residia geralmente em áreas urbanas consolidadas e revelou, na sua maioria, fracos recursos económicos, o que não lhes permitiu recorrer a financiamento via instrumento financeiro por forma a obterem apoio à reabilitação e revitalização urbana (IFFRU 2020).

Parte IV – Conclusão

Com este relatório de estágio procurou-se compreender as novas abordagens das políticas urbanas, com enfoque nas questões do Ordenamento, do Planeamento e do Desenvolvimento de áreas rurais carenciadas. Não se pretendeu estudar exaustivamente o concelho de Ferreira do Alentejo, nem o tema “rural” em si, mas sim um tema pertinente de um projecto capaz, inovador e positivo, consagrando a nível pessoal uma análise dos seus conceitos, dos desafios que enfrentam e das oportunidades que concentram, não só o PAICD mas também todo o município de Ferreira do Alentejo.

Temas como o Planeamento, o Ordenamento e o Desenvolvimento assumem nos dias de hoje uma preponderância enorme, facto que leva ao crescimento de ideias e ações ligadas sobretudo ao espaço público, sendo o mesmo espaço público o palco de ação onde as mesmas são praticadas, da coesão social, à sustentabilidade, da reabilitação urbana à mobilidade.

Surge a ideia de que são as pessoas e o Homem que necessitam de se adaptar ao Mundo e é nesse contexto que surgem a discussão das mais variadas políticas urbanas e no seu percurso normal, a utilização prática e devida dos seus instrumentos.

O PAICD apenas é um instrumento de uma vasta lista, uma lista de políticas públicas na qual se dá foco à comunidade, à pessoa, à proximidade.

Adicionalmente foram ainda incluídas, no âmbito deste plano, outras ações que apesar de não se enquadrarem nos critérios de elegibilidade das tipologias de operação, conforme definidos na respetiva regulamentação específico do artigo 264.º do RE ISE, ostentavam os principais constrangimentos e debilidades inerentes às comunidades desfavorecidas do município de Ferreira do Alentejo.

Foi, fundamentalmente, um desenvolvimento de competências para a população (capacitação das pessoas), promoção do empreendedorismo e inovação, bem como a promoção da coesão social e territorial garantindo melhoria da qualidade de vida e capacitação das pessoas, reforço da competitividade do tecido empresarial, preservação, valorização e promoção do património ambiental e da

identidade cultural. E simultaneamente, a promoção da inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis, a promoção da aprendizagem ao longo da vida e do envelhecimento ativo, o combate ao insucesso e ao abandono escolar a promoção da cidadania ativa e da dinamização de relações de convivência e de solidariedade local e, finalmente, a promoção da atividade económica de proximidade e melhoria da acessibilidade a serviços sociais, que ainda hoje são marcos e bandeiras deste projecto, concebido a médio-longo prazo.

Em matéria urbana, é sabido que o despovoamento conduz à degradação progressiva do espaço edificado, dando lugar a casas em mau estado de conservação e ou até mesmo em ruínas. O caso de Ferreira do Alentejo, não é exceção, sendo que é necessário e o urgente repensar estratégias de apoio à reabilitação e dinamização destas áreas mais carenciadas e desfavorecidas ainda que estas habitações sejam de particulares com fracos recursos económicos. No que diz respeito à dimensão social, a diminuição da população e o conseqüente envelhecimento demográfico são evidentes neste território, bem como a diminuta presença de jovens e indivíduos em idade ativa no território municipal. O estágio realizado, como opinião pessoal, foi uma experiência pessoal muito positiva, conseguindo alargar horizontes didáticos em temas preponderantes do tema em estudo, no qual destaco a utilização de ferramentas importantes como o ArcGis. A MPT provou ser uma empresa de sucesso, e apenas sendo mais um elemento da equipa é que consegui perceber o quão dinâmica e capaz consegue ser, levando a que um projecto passe de um geógrafo a um arquitecto, passando por um engenheiro até chegar a um arquitecto paisagístico.

O PAICD pretendeu e ainda hoje pretende intervir de forma integrada, articulada e complementar sobre as diferentes comunidades desfavorecidas existentes no concelho, designadamente as crianças e jovens com baixo nível de instrução, insucesso e abandono escolar, escassa atividade económica, desemprego de longa duração e evolução demográfica desfavorecida, sendo que as intervenções de apoio às comunidades identificadas foram devidamente acompanhadas por ações de caráter físico (material) e social (imaterial).

Tenho uma avaliação muito satisfatória quer do meu trabalho, quer de toda a envolvência e condições que, quer a empresa e colegas, quer a Eng^a Paula Teles e o Eng^o Adelino Ribeiro me proporcionaram, não deixando de agradecer ao Diogo Lourenço (ex-aluno do curso de Geografia e atual funcionário da MPT) que me deu todas as bases de trabalho e me ensinou muito daquilo que hoje posso dizer que sei. O estágio possibilitou assim o consolidar de um desejo e de um esforço há muito pensado. O percurso não foi fácil, mas conseguido com sucesso, o que nos permite afirmar que o trabalho desenvolvido proporcionou conhecer e reconhecer a satisfação dos atores face aos serviços prestados. Constituiu uma experiência que associa teoria e prática, através do envolvimento de várias áreas do foco da MPT como a Arquitetura e a Engenharia, possibilitando sempre um novo olhar sobre as formas que uma empresa de sucesso tem à escala local, regional, nacional e internacional.

Índice de Figuras

Figura 1: Exemplo de falta de planeamento urbano – Lisboa/Ajuda.....	10
Figura 2: A relação entre o ordenamento do território e o planeamento	12
Figura 3: A visão das Cidades Sustentáveis 2020.....	23
Figura 4: Prioridades da Estratégia Europa 2020.....	33
Figura 5: Principais objetivos do Portugal 2020.....	35
Figura 6: Objetivos estratégicos do Portugal 2020	36
Figura 7: Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo – Classificação da qualidade do solo	43
Figura 8: Instrumentos de Planeamento do PEDU	46
Figura 9: Esquema de metodologia do PAICD	49
Figura 10: Enquadramento territorial de Ferreira do Alentejo e da CIMBAL	52
Figura 11: Enquadramento da Rede Viária do concelho de Ferreira do Alentejo	53
Figura 12: Morfologia urbana da vila de Ferreira do Alentejo	54
Figura 13: População residente do município de Ferreira do Alentejo	56
Figura 14: Índice de envelhecimento de Ferreira do Alentejo	57
Figura 15: Índice de dependência de idosos do concelho de Ferreira do Alentejo	58
Figura 16: População sem atividade económica no concelho de Ferreira do Alentejo,	59
Figura 17: Distribuição da População pelos diferentes níveis de qualificação (%), 2001 e 2011.....	60
Figura 18: Taxa de desemprego no concelho de Ferreira do Alentejo (%), 2001-2011.....	60
Figura 19: Alojamentos por forma de ocupação no concelho de Ferreira do Alentejo, 2001-2011.....	62
Figura 20: Idade média dos edifícios de Ferreira do Alentejo, 2011	63
Figura 21: Número de edifícios no município de Ferreira do Alentejo, 2001-2011	64

Índice de Quadros

Quadro 1: Principais objectivos e atributos do contexto europeu do PAICD	32
Quadro 2: Principais objectivos e atributos do contexto nacional do PAICD	39
Quadro 3: Principais objetivos dos Instrumentos de Gestão Territorial aliados ao PAICD	41
Quadro 4: Planos Estratégicos do Portugal 2020 à luz do PAICD.....	47
Quadro 5: Análise SWOTT (T) para o município de Ferreira do Alentejo	65

Referências Bibliográficas

- AGACHE, A. (1930). *Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento* (Plano Agache). Ed. Foyer Brésilien, Rio de Janeiro.
- ALBERTO, D. & FERREIRA, J. (2010) - *Desenvolvimento e competitividade regionais: aplicação do Modelo da Tripla Hélice à NUT III Beira Interior Sul*. In Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 15, Funchal, 8 de Julho. Comunicação.
- ALVES, R. (2001). *Planeamento e Ordenamento do Território e o Estado Português – contributos para uma intervenção renovada*. IST, Lisboa.
- AYDALOT, PH. (1976). *Dynamique spatiale et développement inégal*. Economica, Paris.
- AZEVEDO FILHO, M. A. N. (2012) *Análise do processo de planeamento dos transportes com contribuição para a mobilidade urbana sustentável*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1994). *Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana*. Finisterra, Revista de Geografia, Barcelona, 29(2): 53-67.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1998). *Cidade pós-moderna: espaço fragmentado*. Inforgeo, Lisboa. (12/13): 225-235.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1999). *Das mudanças territoriais às da gestão*. Algumas notas. Finisterra. 34(67/68): 153-160.
- BARATA SALGUEIRO, T. (2000). *Fragmentação e exclusão nas metrópoles*. Sociedade e Território, Globalização e Reestruturação Urbana. CEG/UL, Lisboa. 30: 16-26.
- BARDET, G. (1990). *O Urbanismo*. Papirus, Campinas.
- BORJA, J. (1990). *La ciudad, una aventura iniciática*. Barcelona

- CCE, Comissão das Comunidades Europeias. (2007). *Livro Verde - Por uma nova cultura de mobilidade urbana*. Bruxelas.
- CAPUCHA, L. (1998). *Pobreza, exclusão social e marginalidade*, in VIEGAS, J. M. Leite e Costa, António Firmino da (Orgs), Portugal, que Modernidade? Celta Editora, Oeiras.
- CARDOSO, M. (2005). *Regeneração urbana em Portugal*. Tese de Mestrado (Pós-graduação em Geografia) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Câmara Municipal Ferreira do Alentejo - Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo – Revisão do PDM
- Conselho da Europa (1988). Carta Europeia do Ordenamento do Território. 9(78).
- CLAUDIUS-PETIT (1999). *Ordenamento do Território – conceitos, princípios e objetivos*. Lisboa
- COUCH, C. & DENNEMANN, A. (2000) *Urban regeneration and sustainable development in Britain: the example of the Liverpool Ropewalks Partnership*, Cities. 17(2): 137-147.
- CRUZ, C. M. (2005). *Desafios do Planeamento e Gestão Urbanísticos em Portugal para melhorar a Qualidade do Ambiente Urbano*. X Colóquio Ibérico de Geografia - A Geografia Ibérica no Contexto Europeu. Disponível em Diário da República, Série I A, n.º 107, Decreto-Lei 104/2004 de 7 de maio de 2004, pág. 2920-2929. Diário da República, Série I, n.º 206, Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro de 2009, pág. 7956-7975.
- DOLLFUS, O. (1998). *A Mundialização*. Publicações Europa-América, Lisboa
- FERNANDES, R. GAMA, R. (2006). *As cidades e Territórios do conhecimento na óptica desenvolvimento e do marketing territorial*, Actas do V Colóquio da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR). APDR e Escola Superior de Tecnologia de Viseu.
- Ferrão, J. (2011). *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- FERREIRA, A. F. (1999). *Para uma política de cidades*. Sociedade e Território. 29: 4-13.
- Fonseca, F. (2014) *Um modelo baseado em agentes para simular políticas de ordenamento de áreas de acolhimento empresarial: o caso da rede urbana do Quadrilátero*. Tese de Doutoramento, Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Guimarães.
- FRADE, C. C. F. (1999) - *A componente Ambiental no ordenamento do Território*. Conselho Económico e Social, Lisboa.
- GAETE, C. M. (2016). *Relatório Mundial das Cidades 2016: urbanização nos últimos 20 anos*.
- GARNIER, J. B. (1983). *Geografia urbana*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GASPAR, J. (1995). *O Novo Ordenamento Do Território - Geografia e valores*, Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. 5.
- GODINHO, R. (1997) *Crescimento e ambiente - As cidades sustentáveis*. Colóquio - As Políticas das Cidades. Conselho Económico e Social, Lisboa.
- HARVEY, D. (2000). *Spaces of hope*. Edinburgh University Press, Edinburgh. 79
- HAROUEL, J. L. (1990). *História do Urbanismo*. Papirus, Campinas.
- JACINTO, R. (Coord.; 2012). *A cidade e os novos desafios urbanos*. CEI, Guarda, Coleção Iberografias, (20).
- LEITE, C. (2012). *Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano*. Bookman, Porto Alegre.
- LOPES, H. (1997). *Considerações sobre o ordenamento do território*. Millenium, 7.
- MAGALHÃES, F. (1998). *Sustainability and the Environment in Cities*. Urban Design and Implementation Symposium. Istanbul, Turquia

- MEDEIROS, C. A. (2006). Geografia de Portugal. Círculo de Leitores, Lisboa 2: 78-101.
- MENDES, L. (2013). *A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, in urbe. 5(1): 33-45.
- PANIZZA, M. (1990). *Metodi di applicazione alla Pianificazione territoriale e alla Valutazione d'Impatto Ambientale*. Geomorfologia applicata. La Nuova Italia Scientifica, Roma.
- PARTIDÁRIO, M. R. (1999). *Introdução ao Ordenamento do Território*. Universidade Aberta, Lisboa.
- PEREIRA, M. (2005). A Geografia e o Planeamento do Território. X Colóquio Ibérico de Geografia, Évora. Finis terra.
- PEREIRA, M. & CARRANCA, M. (2009). Contributo da Associação Portuguesa de Geógrafos para a consulta pública lançada pela comissão europeia sobre o Livro Verde da Coesão Territorial Europeia. Associação Portuguesa De Geógrafos.
- PINHO, A.C. (2009). Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais, Doutorado em Planeamento Urbanístico, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- QUEIRÓS, M. & VALE, M. (2005). *Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa Polis*. Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia. Lisboa
- RCM nº26/2000 de 15 de Maio – Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis
- REGO, J. et al, (2013). Cidades Sustentáveis: Lidando com a urbanização de forma ambiental, social e economicamente sustentável. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas

- ROSELAND, M. (1997). *Dimensions of the eco-city*. Cities, Community Economic Development Centre. Simon Fraser University. Burnaby, Canada.
- SILVA, A. M. (2011) Requalificação Urbana. O exemplo da Intervenção Polis em Leiria. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Universidade de Coimbra. Coimbra.
- SILVA, A., COSTA, M. S. & MACEDO, M. H. (2008). *Multiple views of sustainable urban mobility. The case of Brazil*. Biblioteca Digital da Produção Intelectual, Universidade de São Paulo. São Paulo. 15(6): 350-360.
- SILVA, C. N. (2000). O sistema de gestão do território em Portugal. Cadernos Municipais – Revista de Acção Regional e Local, Lisboa, XIV(74): 21-35.
- SILVA, C. N. (2001). Planos Municipais de Ordenamento do Território: continuidade e inovação em três gerações de planos. Cadernos Municipais – Revista de Acção Regional e Local, Lisboa, XV(75): 30-44
- SILVA, M. S. & CORREIA, F. N. (2005). *Uma nova forma de viver as cidades – O exemplo demonstrativo do Polis*. Sociedade e Território. 39: 32-43
- TURCU, C. (2012). *Local experiences of urban sustainability: Researching Housing Market Renewal interventions in three English neighbourhoods*. Progress in Planning, 78(2): 101-150.
- VIARD, J. (1994). *Les nouveaux enjeux du local, L'Engagement politique: déclin ou mutation?*. Presses de Sciences Po, Paris
- ZÊZERE, J. L. (2007). Riscos e Ordenamento do Território. Ordenamento Territorial, Associação Portuguesa de Geógrafos. Inforgeo. 20/21: 59-63